



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

CARLOS EDUARDO FALCÃO LUNA

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A TECNOLOGIA SOCIAL DAS
PRODUTORAS CULTURAIS COLABORATIVAS NA PRODUÇÃO CULTURAL
COMUNITÁRIA: O caso da Colaborativa.PE**

Recife
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

CARLOS EDUARDO FALCÃO LUNA

**O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A TECNOLOGIA SOCIAL DAS
PRODUTORAS CULTURAIS COLABORATIVAS NA PRODUÇÃO CULTURAL
COMUNITÁRIA: O caso da Colaborativa.PÉ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX), da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito à obtenção do título de mestre em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

Orientador: Prof. Dr. Paulo de Jesus

Recife
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Recife-PE, Brasil

L732p Luna, Carlos Eduardo Falcão
O desenvolvimento local e a tecnologia social das produtoras culturais colaborativas
na produção cultural comunitária: O caso da Colaborativa.PE / Carlos Eduardo Falcão
Luna. – 2017.
76 f. : il.

Orientador: Paulo de Jesus.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Programa
de Pós-Graduação Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Recife, BR-PE, 2017.
Inclui referências e apêndice(s).

1. Desenvolvimento local 2. Economia solidária 3. Produtoras culturais colaborativas
4. Tecnologias sociais I. Paulo de Jesus, orient. II. Título

CDD 303.44



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

Defesa da dissertação do mestrando **Carlos Eduardo Falcão Luna**, intitulada: **O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A TECNOLOGIA SOCIAL DAS PRODUTORAS CULTURAIS COLABORATIVAS NA PRODUÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA: O caso da Colaborativa.PE**, orientado pelo Prof. Dr. Paulo de Jesus, apresentado à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE, em 20 de março de 2017.

Os membros da Banca Examinadora consideraram o candidato _____.

Banca Examinadora:

(Dr. Paulo de Jesus/UFRPE - Orientador)

(Dra. Aparecida da Costa Tenório/UFRPE)

(Dra. Ana Cristina Brito Arcoverde/UFPE)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de alguma forma colaboraram com este projeto. Primeiramente a minha família, minha mãe, Iraci Falcão Luna, meu pai, Eduardo dos Santos Luna, meu irmão, Paulo Roberto Falcão Luna e minha irmã, Maria Carolina Falcão Luna, que criaram as condições materiais e emocionais para que o curso dos meus estudos chegasse a este estágio e que prossiga o seu fluxo daqui em diante. Agradeço a minha namorada, Luísa Lima, que me fez acreditar na possibilidade de ingressar nesse mestrado e me incentivou durante todo o processo. Agradeço também às professoras do POSMEX Aparecida Tenório, Irenilda Lima, Salett Tauk Santos, Maria Rita Machado, Mariana Zerbone, Maria do Rosário, aos alunos da turma 2015.1 e de outras turmas, que acrescentaram muito conhecimento a esta trajetória. Agradeço a Edinaldo da copiadora do DLCH, pela parceria desde os tempos de graduação. A Márcia da coordenação, por todo o apoio com as questões burocráticas. A Tony Blaster e Karina Santos, pelas entrevistas concedidas. A todos os parceiros das produtoras colaborativas do Brasil, em especial a Isaac Filho, Vinicius Meireles, Heitor Rocha, Filipe Nires, Thiago Cabral, que me acompanharam nos primeiros passos neste universo da produção cultural comunitária. A Larissa Cunha, Jader Gama, Luana Viluts, pela referência ativista e intelectual. A todos da Colaborativa.PE, por compartilhar o trabalho, pela inspiração, pela contribuição com a pesquisa: Eduardo Lima, Pedro Jatobá, Leonardo Guedes, Well Carlos, Stephany Cardoso, Eugênia Procópio e Sandro Barros. E com muito carinho ao meu orientador Paulo de Jesus, que acreditou na pesquisa e me acompanhou de perto durante toda esta trajetória, tornando possível esta dissertação.

RESUMO

A pesquisa ora apresentada traz a questão da racionalidade econômica da Economia Solidária como contraponto estruturante à economia hegemônica capitalista. Para que ela suscitasse os resultados esperados, sua resposta tratou de seguir uma estrutura que privilegiou a análise teórica de Desenvolvimento Local, Tecnologias Sociais e Economia Solidária, e procedeu com estudo de caso sobre a Produtora Colaborativa.PE, fazendo a análise argumentativa, observação participante e análise documental, além da caracterização das metodologias que definem as produtoras culturais colaborativas como Tecnologia Social, ou seja o uso dos *softwares livres* e da economia solidária, no que diz respeito a gestão, sustentabilidade e estruturação.

Palavras-chave: Desenvolvimento Local; Economia Solidária; Produtoras Culturais Colaborativas; Tecnologias Sociais.

ABSTRACT

The research presented here brings up the question of the economic rationality of the Solidary Economy as a structuring counterpoint to the capitalist hegemonic economy. In order for it to elicit the expected results, its response sought to follow a structure that privileged the theoretical analysis of Local Development, Social Technologies and Solidary Economy, and proceeded with a case study on the Collaborative Producer.PE, making the argumentative analysis, participant observation And documentary analysis, as well as the characterization of the methodologies that define the collaborative cultural producers as Social Technology, that is, the use of free software and solidarity economy, with respect to management, sustainability and structuring.

Keywords: Local Development; Solidarity Economy; Cultural Collaborative Producers; Social Technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Metáfora da árvore.....	26
Figura 2 – Moeda Social.....	33
Figura 3 – Cartaz São Sambas Outubro/2013.....	34
Figura 4 – Curso de Gestão Colaborativa.....	36
Figura 5 – Itinerário Bicicleta Colaborativa	38
Figura 6 – Tarefas Colaborativa.PE.....	43
Figura 7 – Pauta de reunião.....	45
Figura 8 – Cartaz Encontro Sul.....	52
Quadro 1 – Dimensões dos empreendimentos da Economia Solidária.....	54
Figura 9 – Esquema Teoria da Estruturação.....	66
Quadro 2 – Recursos.....	67

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local
CECON – Centro de Convenções
CRC – Centro de Recondicionamento de Computadores
CUCA – Centro Universitário de Cultura e Arte
EAD – Educação a Distância
EES – Empreendimentos da Economia Solidária
FISL – Festival Internacional do *Software* Livre
FIV – Festival de Inverno da Várzea
FSM – Fórum Social Mundial
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Serviços
MinC – Ministério da Cultura
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
ONG – Organização Não Governamental
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PROEXT – Pró-Reitoria de Extensão
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

Resumo	
Lista de Ilustrações	
Lista de Siglas	
INTRODUÇÃO.....	10
Opções metodológicas.....	12
CAPÍTULO I - Aproximações teóricas em torno de Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária.....	17
I - 1 - Tecnologia social.....	17
I - 2 - Desenvolvimento local.....	19
I - 3 - Economia solidária	20
CAPÍTULO II - Caracterização do objeto de estudo.....	25
II - 1 - Tecnologia social das produtoras culturais colaborativas.....	25
II - 2 - Economia solidária e <i>softwares</i> livres.....	27
II - 3 - Produtora cultural Colaborativa.PE.....	39
CAPÍTULO III - Gestão.....	42
III - 1 – Autogestão.....	42
III - 2 - Cooperação e participação.....	45
III - 3 – Formação.....	48
III - 4 - Institucionalidade: redes de apoio mútuo.....	49
CAPÍTULO IV – Produtoras Culturais Colaborativas e Colaborativa.PE a serviço do Desenvolvimento Local: algumas avaliações.....	53
IV - 1 - Dimensões dos empreendimentos da economia solidária.....	53
IV - 2 - Sustentabilidade da Colaborativa.PE na perspectiva da Economia Plural.....	60
IV - 3 - Ações da Colaborativa.PE para o desenvolvimento local.....	63
IV - 4 - A estruturação nas ações da Colaborativa.PE	66
CONCLUSÃO.....	72
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICE.....	76
Roteiro das entrevistas.....	76

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa está inserida na problemática da sustentabilidade de projetos que buscam operar na racionalidade econômica diferente da racionalidade capitalista e que trabalham com outra lógica econômica que implica referenciar seus resultados com uma gama mais complexa de parâmetros (ambiental, cultural, social e econômico).

A questão da gestão de empreendimentos colaborativos ancorados pelos preceitos da “outra economia”, que engloba práticas como as da Economia Solidária, por exemplo, está situada em um contexto mais amplo. Ou seja, questiona-se entre os que praticam e pesquisam sobre Economia Solidária, quanto a esse modelo de gestão e ação ser composto somente de ações pontuais, que acontecem nas franjas do capitalismo, mas sem potencial transformador efetivo, ou se ele tem potencial efetivo estrutural.

Tal questionamento diz respeito ao fato dos empreendimentos representarem uma estratégia decorrente de um papel de complementaridade ao capitalismo, no sentido de ocupar os trabalhadores em atividades paralelas continuando à margem do sistema, ou se, de fato, a Economia Solidária pode ser pensada como alternativa para o sistema capitalista vigente ou ainda se devemos efetivamente encarar a pluralidade na economia, admitindo assim uma lógica econômica eventualmente dominante e outras lógicas econômicas na mesma sociedade.

No Fórum Social Mundial (FSM) de 2003, a problemática foi colocada da seguinte forma:

A Economia Solidária está orientada apenas a mitigar os problemas sociais gerados pela globalização neoliberal, ou tem a vocação de constituir o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades materiais de cada um/uma, e de todos/todas os/as cidadã(o)s da terra? (PACS, 2003, p.06).

Ou ainda, no que concerne à mobilização dos recursos:

A Economia Solidária, em suas diversas formas, é uma **prática pontual, e de dimensão apenas microeconômica**, ou é um **projeto de desenvolvimento destinado a promover, de forma sustentável, as pessoas e coletividades sociais, a sujeitos dos meios, recursos e ferramentas** de produzir as riquezas, preservar a natureza e o meio ambiente visando à suficiência em resposta à necessidade de todos e todas? (PACS, 2003, p.72).

Ao tratar de mobilização de recursos, entendemos não só os recursos materiais, mas também os recursos simbólicos que se fazem presentes em determinadas localidades e determinados contextos sociais. Diante do exposto, chegamos à pergunta/problema de nossa pesquisa, qual seja: *Os processos colaborativos operados pela produtora cultural Colaborativa.PE, balizada pela Economia Solidária e o uso de softwares livres, se configuram como uma alternativa de gestão em produção cultural comunitária na perspectiva do Desenvolvimento Local?*

Apresentaremos nosso objeto de estudo, a produtora cultural Colaborativa.PE, mais adiante, bem como o faremos com a caracterização conceitual em torno de Tecnologia Social, Economia Solidária e Desenvolvimento Local. Contudo, apresentemos aqui brevemente os motivos de nossa opção por um recorte que privilegiou o estudo sobre uma Tecnologia Social como estratégia para realizar ações que promovam o Desenvolvimento Local no contexto social da produção cultural comunitária, e que agrega metodologias de gestão que privilegiam os preceitos da participação, da autogestão e da colaboração.

Este recorte suscita reflexão sociológica, também no contexto macro, uma vez que esse movimento de mobilizar recursos materiais e simbólicos é marcado por diversos agenciamentos, que moldam a dinâmica do sistema social. Um sistema social que engendra relações de interdependência, em que ora a estrutura influencia as ações individuais, ora essa estrutura é modificada pela ação dos indivíduos, movimento este chamado por Giddens (2009) de estruturação.

As estratégias de gestão para atuar na direção de outra racionalidade econômica carecem de apropriação de tecnologias adequadas para tal, seja do ponto de vista de tecnologias da informação, seja no que se refere às tecnologias enquanto conhecimentos utilizados para solucionar situações em determinados contextos sociais. A Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas parece ser uma tentativa em que os coletivos que atuam no contexto da produção cultural comunitária têm optado para tentar minimizar os efeitos da lógica capitalista em suas respectivas localidades e/ou em seus respectivos contextos.

Ainda que se careça de uma definição teórica específica, a noção de *produção cultural comunitária* remete não só a mera produção de produtos culturais, mas também ao refazimento dos laços de solidariedade entre os envolvidos, o que pode se constituir como alternativa de construção de outros modos de vida, incluindo o simbólico e o intangível das relações sociais, para além da sustentabilidade econômica. Os estudos culturais latino-americanos parecem um interessante aporte nesse sentido, sobre o qual esta passagem de Jesús Martín-Barbero parece elucidativa:

Não se trata tanto da administração de instituições ou de distribuição de bens culturais, mas de um princípio de organização da cultura, algo interno à constituição do político, ao espaço de produção de um sentido de ordem na sociedade, aos princípios de reconhecimento mútuo (MARTÍN-BARBERO, 1989, p.85).

Considerando essas motivações e condições de produção cultural, a produção cultural comunitária deve ser diferenciada das produções de massa e daquelas voltadas para mercados de nicho, ainda que haja negociações que façam com que a produção cultural comunitária dialogue com esses outros mercados. Entretanto, essencialmente ela não é voltada especificamente para as demandas desses.

Em geral ela é realizada no âmbito das comunidades de bairro, de municípios, de cenas mais elásticas, que englobam mais territórios, ao comungar de uma ideia e sensibilidade em comum: “Comunidade não implica a tentativa de recapturar formas perdidas de solidariedade local; diz respeito a meios práticos de fomentar a renovação social e material de bairros, pequenas cidades e áreas locais mais amplas” (GIDDENS, 1999, p.89). Nosso artigo intitulado Produção Comunitária no Brasil: do empírico ao teórico (JESUS e LUNA, 2017) pretendeu levantar mais argumentos em torno de Produção Cultural Comunitária.

Ao falarmos de comunidade e territórios, fica nítida a relação das produtoras culturais colaborativas com a noção de Desenvolvimento Local. É nela que identificamos o capital social construído no território, quais parâmetros de desenvolvimento podem ser considerados para atuar em determinado contexto, quais recursos estão disponíveis ou disputados para serem mobilizados nele e qual o papel de cada agente que constitui a trama social da localidade.

Contudo, se o que se busca é outra racionalidade econômica, os processos envolvem outras maneiras de gerir os empreendimentos, diferentes das relações verticalizadas praticadas pela maioria das empresas capitalistas em que os empregados quase sempre se encontram em relação de exploração, enquanto que os principais ganhos financeiros se concentram nos patrões.

À feição das diversas formas de associativismo, os coletivos que utilizam a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas operam com um tipo de gestão democrática que privilegia a autogestão, a cooperação, a participação e a formação dos envolvidos, além de criar as condições estruturais e tecnológicas para fortalecer os processos democráticos em seu cotidiano.

Opções Metodológicas

Esta dissertação é resultado de uma pesquisa qualitativa, quando se recorreu à pesquisa bibliográfica/documental e se utilizou da coleta de dados via entrevistas semiestruturadas, observação participante e estudo de caso elementos que embasaram o exercício argumentativo aqui relatado. Acatamos o seguinte entendimento de argumento para análise argumentativa:

O argumento forma a espinha dorsal da fala. [...] Análise argumentativa trata de trazer o argumento para o primeiro plano da pesquisa social sobre debates públicos. Tem como objetivo oferecer uma visão metodológica compreensiva da análise das estruturas da argumentação, com propósito de compreender melhor os parâmetros que influenciam os debates públicos (LIAKOPOULUS, 2004, p.218).

Portanto, associamos os relatos coletados às partes do argumento, classificadas pelo autor, no sentido de aproveitarmos mais objetivamente o conteúdo das entrevistas. A partir destes instrumentos de pesquisa, tratamos de atender aos objetivos desta dissertação, quais sejam:

a) Objetivo geral:

Analisar as ações estruturais da Produtora Cultural Colaborativa.PE considerando o contexto da produção cultural comunitária na perspectiva do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária.

b) Objetivos específicos:

✓ Conceituar Tecnologia Social, produção cultural comunitária, Desenvolvimento Local e Economia Solidária como fundamentos nos quais se assentam as produtoras culturais colaborativas.

✓ Identificar relações existentes entre Economia Solidária, Desenvolvimento Local e os processos das produtoras culturais colaborativas, privilegiando o caso da Colaborativa.PE, inclusive quanto à sua sustentabilidade.

✓ Reconhecer a inserção da produtora cultural Colaborativa.PE em situações que configuram processos de Desenvolvimento Local.

O debate teórico que a coleta de dados suscitou teve recorte sociológico e foi operacionalizado de maneira a analisar a mobilização dos recursos materiais e simbólicos nas práticas da produtora Colaborativa.PE, bem como os agenciamentos que possibilitam a mobilização desses recursos, que desembocam na sustentabilidade e continuidade das ações, que garantem a permanência do sistema social Colaborativa.PE e seus ciclos de estruturação. Os conceitos de *recursos*, *agência*, *sistema social* e *estruturação* serão trabalhados à luz da tipologia criada por Anthony Giddens (2009). A escolha pela operação teórico-metodológica por essa tipologia se faz por entendermos que ela abarca os processos de organizações como a Colaborativa.PE, e também é útil para compreendermos o rebatimento dessas ações para a sociedade no geral, e no que este estudo pode contribuir na escala do campo de atuação do objeto de estudo e na escala epistemológica como referência para outras pesquisas no mesmo campo.

Contudo, o campo das organizações sociais autogestionárias que atuam na racionalidade de uma outra economia já possui um acúmulo de reflexões teóricas e experiências empíricas que foram úteis para dar subsídios à tipologia acima mencionada. No caso do presente estudo, ela foi operacionalizada de maneira a analisar a mobilização dos recursos materiais e simbólicos nas práticas da produtora Colaborativa.PE no contexto da produção cultural comunitária. Dialogou-se, então, com autores que trabalham a noção de Desenvolvimento Local, como Abramovay (2000), Jesus (2003) e Franco (1998); com autores que trabalham Tecnologias Sociais e a gestão a partir delas, conforme Cançado (2008), Dowbor (2009), Gadotti (2009), Dagnino (2009); e, na

perspectiva da sustentabilidade plural, que compreendem as dimensões: econômica, sociocultural, política e de gestão, de acordo com Carvalho (2003), França-Filho e Reis (2005), Gaiger e Laville (2009).

Uma referência para a noção de Desenvolvimento Local são os consensos sobre esse conceito indicados por Franco (1998), com os quais pretendemos fazer a relação deles com as práticas da Colaborativa.PE no contexto do Desenvolvimento Local.

Do ponto de vista da gestão, a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas parece facilitar a gestão de empreendimentos que têm como processos basilares aqueles ligados à Economia Solidária. Assim, a autogestão, participação, cooperação e os principais recursos mobilizados pela Colaborativa.PE foram analisados à luz dos autores supracitados.

Para analisar as dimensões da sustentabilidade na produtora Colaborativa.PE, os trabalhos de Carvalho (2003) e França-Filho e Reis (2005) nos ajudam a identificar essas dimensões em que os empreendimentos da Economia Solidária atuam: jurídico-econômica; político-administrativa; psicossocial (CARVALHO, 2003) e econômica; sociocultural; política e de gestão (FRANÇA-FILHO E REIS, 2005). Podemos observar de início que existem aí algumas semelhanças de termos e que essas dimensões possuem concepções em comum entre esses autores. A opção por utilizar as duas se deu pelo fato de a concepção trabalhada por Carvalho trazer uma descrição mais geral das dimensões e a de França-Filho e Reis apontar para a direção da economia plural, que nos parece mais próxima ao que pratica a Colaborativa.PE e que mais nitidamente nos mostra como os recursos são mobilizados pela produtora, o que facilita o diálogo com a teoria da estruturação de Giddens. O recurso à pesquisa documental se processou com a utilização de material disponível no acervo pessoal do pesquisador e no acervo da Colaborativa.PE.

No que concerne às entrevistas semiestruturadas, optamos por entrevistar:

a) dois membros que participam da Colaborativa.PE desde o início de suas atividades em 2010: Carlos Eduardo Lima Bezerra (EDL), bacharel em arte e mídia, e Pedro Henrique Gomes Jatobá (JBA), bacharel em ciências da computação.

b) dois membros (um homem e uma mulher) que interagiram com a Colaborativa.PE e eram estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): (SBR), estudante à época do curso de jornalismo, e (KAS), à época cursando letras.

c) dois integrados à Colaborativa.PE com o mesmo perfil de formação e paridade de gênero que não eram estudantes da UFPE: (EUG), fotógrafa, e (TNY), produtor cultural.

As siglas indicadas acima serão utilizadas quando extratos das entrevistas forem citados na linha argumentativa que se desenvolveu neste estudo, seguindo-se ainda a indicação da página em que se encontra tal extrato no caderno de entrevistas em poder do pesquisador. Fez-se a opção de preservar o nome dos entrevistados, com exceção dos membros participantes desde o início das atividades pela importância dos depoimentos e uma vez que o consentimento foi oferecido por estes entrevistados.

As indagações foram feitas a partir de entrevistas semiestruturadas (ver apêndice) com o objetivo de garantirem maior fluidez na conversação, e que permitissem a otimização da absorção do conteúdo delas. Segundo Laville e Dione (1999, p.188), entrevistas semiestruturadas são “séries de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”.

O tamanho da amostra nos pareceu suficiente, pelo motivo de ela não ser o principal instrumento de coleta de dados para que fizéssemos a análise argumentativa, caracterizada acima. Processou-se também a pesquisa documental, oriunda da ampla documentação dos processos da produtora cultural Colaborativa.PE, somadas às nossas observações participantes, que contemplaram parte significativa de nossa análise. Além disso, a amostra contemplou pessoas de diferentes lugares (profissionalmente comprometidas com a Colaborativa.PE, estudantes da UFPE e estudantes de outras entidades), diferentes idades, diferentes formações, dando, assim, na nossa opinião, elementos de representação da complexidade do contexto e do objeto em estudo.

A coleta de dados teve como referência o período que compreendeu as principais ações realizadas pela Colaborativa.PE, entre os anos de 2013 e 2016. Essa opção se deu pelas ações nesse período terem tido uma regularidade, operadas a partir dos pilares do *software* livre e da Economia Solidária, além de estarem documentadas publicamente, nas plataformas virtuais de gestão de projetos e compartilhamento de acervos Corais e iTEIA, o que pôde facilitar a averiguação da frequência e da metodologia dessas ações.

Tal coleta foi facilitada pelo exercício da observação participante, tanto nas etapas de planejamento dos eventos, presencialmente e *online*, quanto nos dias das ações em si. Entendemos que pesquisa participante é caracterizada como “não apenas o envolvimento temporal do pesquisador, mas o seu pertencimento e vivência da realidade pesquisada, sem olhar externo, mas mantendo o olhar analítico inerente a sua pesquisa” (DEMO 2008, p.18).

Através desses procedimentos metodológicos, acreditamos ter sido possível buscar elementos consistentes e com o rigor necessário para responder aos objetivos propostos.

A dissertação ora apresentada, além da presente introdução, que inclui informações em torno dos procedimentos metodológicos, tem sua parte textual estruturada em capítulos: no capítulo I, compreende-se um exercício de aproximações teóricas em torno de Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária; no capítulo II, tem-se uma caracterização do objeto de estudo; nos capítulos III e IV, a ênfase recai sobre a aplicabilidade à luz da questão-síntese do problema, seguindo-se a conclusão, as referências e dois apêndices, que compreendem: os roteiros das entrevistas e um artigo científico que, como a presente dissertação, se constitui condição para a conclusão do Curso de Mestrado em Extensão Rural e Desenvolvimento Local.

CAPÍTULO I – Aproximações teóricas em torno de Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária

Neste capítulo fizemos o exercício de situar teoricamente o que entende-se por Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária, uma vez que são categorias que nos auxiliam a compreender a atuação das produtoras culturais colaborativas e mais especificamente a produtora Colaborativa.PE.

I - 1 - Tecnologia Social

O termo *tecnologia* está comumente atrelado à Tecnologia da Informação, uma vez que é um assunto em pauta na sociedade atual, devido à sua predominância na vida cotidiana das pessoas, desde as relações sociais até o mundo do trabalho. Entretanto, tecnologia ganha abrangência a partir do momento em que relacionamos esse termo a maneiras de encontrar soluções, ao utilizar uma gama ampla de recursos para determinado intento. Um exemplo de tecnologia, em seu sentido lato, seria a agricultura, desde as maneiras mais rústicas até as mais modernas de conduzir os processos nesse meio.

Partindo da premissa de expandir o termo *tecnologias*, pretendemos reunir as principais abordagens teóricas relacionadas ao tema das Tecnologias Sociais, explicitando suas características, associando-as à Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas.

Retomamos a questão da Tecnologia da Informação, uma vez que esse tema é objeto de disputa na sociedade contemporânea. A abordagem de Dagnino (2009) explicita a disputa por apropriação tecnológica na sociedade, enfatizando a situação no mundo do trabalho e no controle sobre os processos de produção. Contudo, ao longo de sua escrita, o autor delimita sua linha de pensamento para o uso da tecnologia em trabalhos colaborativos:

Tecnologia é o resultado da ação de um ator social sobre um processo de trabalho por ele controlado. Em função das características do contexto socioeconômico, do acordo social e do ambiente produtivo, esse ator é capaz de provocar uma alteração nesse processo no sentido de reduzir o tempo necessário à fabricação de um dado produto e de fazer com que a produção resultante seja dividida de acordo com seu interesse (DAGNINO, 2009, p.320).

O autor, então, conceitua *Tecnologias Sociais* como:

Tecnologia Social (TS) é o resultado da ação de um coletivo de produtores sobre determinado processo de trabalho engendrado pela propriedade coletiva dos meios de produção, pelo controle auto-gestionário e pela cooperação voluntária e participativa, permitindo a redução do tempo necessário ao fabrico dos produtos e a repartição concertada dos resultados (DAGNINO, 2009, p.315).

Outra abordagem que cabe destacar no que concerne à Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas é a de Dowbor (2008), para quem as Tecnologias Sociais são “formas inovadoras de organização do uso dos recursos disponíveis a partir de iniciativas descentralizadas e participativas” (DOWBOR, 2008, p.70). A premissa da colaboração praticada na Colaborativa.PE e nos demais coletivos que utilizam a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas coaduna com essas proposições, uma vez que se trata de processos autogestionários, e no caso específico publicizados na plataforma Corais (corais.org/colaborativas/).

Contudo, a noção que mais se aproxima desses processos é a de Gadotti (2009): “Tecnologia Social é um conceito amplo e pode compreender tanto produtos como técnicas com metodologias replicáveis, desenvolvidas em interação com a comunidade e que representem propostas efetivas de transformação social” (GADOTTI, 2009, p.56). Esse tipo de abordagem contempla o uso das Tecnologias Sociais não só no contexto dos empreendimentos solidários, mas também na perspectiva de sua aplicabilidade para o Desenvolvimento Local. O autor relaciona ainda oito práticas de Tecnologias Sociais em apoio ao Desenvolvimento Local (GADOTTI, 2009, pp.77):

- . Aprender uns com os outros;
- . A organização de sistemas locais de informação;
- . A articulação do apoio financeiro;
- . A apropriação de novas tecnologias;
- . A promoção de redes de trabalho social;
- . A geração de uma capacidade local de comunicação e mobilização;
- . A busca de soluções institucionais;
- . A formação de agentes para o Desenvolvimento Local;

Acreditamos que o trabalho da produtora cultural Colaborativa.PE engloba essas práticas em seu campo de atuação, uma vez que privilegia a apropriação tecnológica através do *software* livre, fomentando os sistemas locais de informação e a capacidade local de comunicação e mobilização; forma agentes e estimula o aprendizado através de cursos de formação; articula apoio

financeiro através da Economia Solidária e plural, além de promover redes de trabalho local; e busca soluções institucionais a partir da atuação em rede.

A demonstração da aplicação prática desses preceitos será feita no capítulo posterior, por ora passamos aos esforços teóricos em torno de Desenvolvimento Local.

I - 2 - Desenvolvimento Local

Nesta seção destacaremos as concepções de Desenvolvimento Local que mais se aproximam dos objetivos desta pesquisa. Podemos destacar inicialmente Abramovay (2000), Jesus (2003) e Franco (1998).

Operar com a noção de Desenvolvimento Local significa que implicitamente a questão do termo desenvolvimento se impõe. No âmbito científico, desenvolvimento parece carecer, com o bônus de não parecer vago, de uma complementação: desenvolvimento sustentável, local, rural, etc. Jesus (2003, p.74) considera essa problematização a partir das questões: *Que mudanças caracterizam um processo de desenvolvimento? Como se processa o desenvolvimento?* O autor propõe pelo menos duas racionalidades que podem ser consideradas na tentativa de resposta a essas questões: uma *nova governabilidade*, que “pode significar um esforço de implementar planos de desenvolvimento concebidos de forma autoritária e camuflados como Desenvolvimento Local” e o *desenvolvimento alternativo* contrário a essa racionalidade, que nos parece mais adequado para trabalhar o termo *desenvolvimento* em nossa pesquisa.

Demarcada a opção pelo desenvolvimento alternativo, a definição de *Desenvolvimento Local* com a qual pretendemos trabalhar é aquela em que:

Desenvolvimento Local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local (JESUS, 2003, p.72).

É neste panorama de Desenvolvimento Local que as ações da Colaborativa.PE e demais entidades que utilizam a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas parecem atuar. Contudo, a concretização desse tipo de desenvolvimento carece da ação de vários agenciamentos no território, que favoreçam uma construção social que possa ser identificada como Desenvolvimento Local.

Ao adjetivarmos por locais, essas ações passam a sugerir uma relação com o território, um entrecruzamento de processos em determinada localidade. Abramovay (2000) trabalha com a noção

de capital social para esquematizar esses processos: “Capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (ABRAMOVAY, 2000, p.02).

Nesse sentido são construídos laços para além do econômico, que favorecem a averiguação da eficácia do Desenvolvimento Local não somente por seus resultados financeiros, que seriam em si uma apreensão capitalista do desenvolvimento, mas como uma busca por considerar o simbólico e o intangível praticados nos territórios como formas de analisar propriamente a construção e a continuidade dos processos.

Diante da complexidade da noção de Desenvolvimento Local, existem alguns consensos do que podem ser consideradas características inerentes àquela. Augusto de Franco (1998, pp.7-19) elenca e discorre sobre alguns deles. Consideramos que estes consensos podem ser úteis no que concerne às ações de Desenvolvimento Local realizadas pela Colaborativa.PE. São eles:

1. O Desenvolvimento Local deve ser integrado e sustentável (p.07);
2. Melhoria da qualidade de vida e conquista de modos de vida mais sustentáveis para as populações (p.08);
3. Condições políticas e institucionais (p.09);
4. Participação do poder local (p.12);
5. Participação da sociedade (p.13);
6. Construção de uma dinâmica que não pode ficar inteiramente nas mãos do mercado (p.14);
7. Transferência de recursos exógenos e a mobilização de recursos exógenos, públicos e privados (p.16);
8. Capacitação para o desenvolvimento (p.17);
9. Nova base de informação desagregada (p.18);
10. Estratégias de comunicação e marketing compatíveis com as necessidades locais (p.19).

Desenvolvemos um esforço de caracterizar as ações da Colaborativa.PE enquanto Desenvolvimento Local à luz da contribuição de Franco (1998) acima apresentada. Desse esforço resultou um texto apresentado como apêndice a esta dissertação. Na próxima seção, nos dedicamos aos estudos sobre Economia Solidária.

I - 3 - Economia Solidária

Ao utilizarmos o termo *economia*, percebemos que ele remete a processos de operações financeiras bastante pulverizados na sociedade atual. Associamos ao seu vocabulário termos como

bolsa de valores, aplicações, cotações de moedas, salários e preços, que indicam uma racionalidade econômica absorvida por boa parte da população que tenta garantir sua sobrevivência através dos valores desta economia mercantil, hegemônica nos dias atuais. Esta percepção da economia acaba por privilegiar sua dimensão abstrata, em detrimento de sua compreensão enquanto fenômeno social que organiza a circulação dos recursos na sociedade.

Por sua vez, *solidariedade* remete a atos de apoio direcionados a alguém ou a algum grupo sendo identificado como ação caridosa ou altruísta. Contudo, *solidariedade* pode ser abordada para muito além de atitudes assistenciais, podendo agregar relações de proximidade, confiança, apoio mútuo e construção e fortalecimento de laços sociais.

Assim, a Economia Solidária é uma abordagem da economia identificada com uma racionalidade em que se pratica a mobilização humana e igualitária dos recursos, com o intuito de diminuir os efeitos da competitividade e concentração de bens praticadas pela abordagem hegemônica de economia. A Economia Solidária se manifesta mais nitidamente nos empreendimentos autogestionários, nas cooperativas, associações, nos circuitos curtos de comércio local, clubes de troca, bancos comunitários, entre outras ações alternativas à racionalidade capitalista, e que almejam uma volta da economia ao estágio em que as trocas são mais diretas e menos abstratas como é a circulação do capital estrangeiro e que também consideram as relações humanas e ambientais no contexto da mobilização de recursos.

Podemos elencar autores como Coraggio (2015), Gaiger e Laville (2009), Gadotti (2009) e Singer (2002 e 2008), que se esforçaram em investigar os processos identificados com a Economia Solidária. Gadotti, por exemplo, afirma que:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um de todos os cidadãos da Terra, seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de vida (GADOTTI, 2009, p.27).

Coraggio (2015) esquematizou as concepções da economia em princípios, comparando suas perspectivas da Economia Solidária e da economia neoliberal:

Princípios Éticos

- Ética de la Reproducción Ampliada de la Vida (Buen Vivir, Vivir Bien), o ética de la responsabilidad (acción solidaria, cooperación, complementariedad, reconocimiento del otro social y la naturaleza, prudencia, libertad positiva).
- Ética de la Reproducción Ampliada del Capital Privado o Ética de la Irresponsabilidad (acción estratégica, utilitarismo, individualismo egocéntrico, la

acumulación individual y global ilimitada como criterio de eficiencia, concepto de bienestar basado en el consumo y la “equidad” con desigualdad, libertad negativa (CORAGGIO, 2015, pp.77-78).

Principios Económicos

1) Relaciones Sociales de Producción:

• **Entre seres humanos**

- o Trabajo autónomo (individual o asociativo, cooperación voluntaria)
- o Trabajo dependiente (asalariado, servil, esclavo, cooperación heterónoma)

• **Entre sociedad y naturaleza**

- o Restitutiva (reconocimiento como sujeto)
- o Extractiva (valoración como reservorio de “recursos” según los fines de sus apropiadores)

2) **Relaciones de Apropiación/Distribución Primaria**

o Apropiación por los trabajadores:

Producción para el propio consumo (Oikos, autarquía, producción de valores de uso necesarios entendidos como riqueza)

Producción para el intercambio (valores de cambio)

o Apropiación por los propietarios de los medios de producción (esclavistas, señores, capitalistas) mediante relaciones de dominio directo o de explotación del trabajo asalariado

3) **Redistribucion (por una autoridad central)**

- o Progresiva (afirma la justicia distributiva y cuida la cohesión social)
- o Regresiva (aumenta la injusticia distributiva)

4) **Relaciones de Circulacion**

• Reciprocidad (correspondencia directa o en redes)

- o Positiva (dar, recibir y devolver, socialmente integradora)
- o Negativa (asimétrica, confrontativa, al servicio de la dominación)

• Intercambio (de acuerdo a contrato bilateral)

- o Comercio (reglado moralmente)
- o Mercado (según el mecanismo de oferta y demanda)

5) **Relaciones de Consumo**

a. En lo cuantitativo:

- o De lo suficiente (según definición social de vida digna)
- o Ilimitado (consumismo, deseos particulares ilimitados)

b. En lo cualitativo:

- o Satisfactores sinérgicos
- o Satisfactores singulares, pseudo-satisfactores.

6) **Relaciones de Coordinacion**

o Orientación comunitaria o social de normas morales, según acuerdos democráticos y predominio de la reciprocidad por sobre mecanismos de mercado (en todo caso regulados), con grados y formas de planificación social.

o Mercado autorregulado y sostenido por la violencia estatal. (CORAGGIO, 2015, pp.78-79).

Este autor lista ainda os **princípios morais** das ações em Economia Solidária:

- propender a la inserción de todas y todos en el sistema de división social del trabajo digno, especialmente el comunitario y/o el asociativo autogestionado, afirmando la cooperación y complementariedad de los trabajos particulares;
- Vigilar que la producción sea responsable social y ecológicamente, controlando la innovación tecnológica en ese sentido;
- salvaguardar la biodiversidad así como diversidad de formas económicas y sus culturas, respetando sus dinanismos y desarrollos;
- reconocer que la economía y la cultura no pueden desimbricarse;
- afirmar la justicia distributiva de medios de producción y de la riqueza producida, y en particular la responsabilidad del Estado en esa materia;
- propender a la reciprocidad antes que al contrato utilitarista y en particular al comercio justo;
- recuperar la función de la moneda nacional como bien público, y en lo local incentivando el desarrollo de monedas sociales;
- asegurar la provisión y distribución de los medios materiales para la resolución de las necesidades y deseos legítimos de todas y todos, evitando el consumismo, destructor de la naturaleza y cosificador de las relaciones sociales y favoreciendo la realización de las necesidades por la vía de satisfactores sinérgicos;
- afirmar la conciencia y las prácticas crítico-reflexivas, así como la participación efectivamente democrática, avanzando hacia el objetivo de la emancipación humana respecto a estructuras objetivantes. (CORAGGIO, 2015, pp.78-79).

Nesta análise comparativa fica nítida a diferença de perspectiva na mobilização de recursos entre a Economia Solidária e a economia neoliberal capitalista, uma vez que a primeira engloba uma gama de processos mais solidários e humanos, enquanto que o segundo privilegia a competição e a automação das relações de trabalho.

Uma definição que pode ratificar esses processos é a de Singer (2003, p.116), quando afirma que Economia Solidária é: “Modo de produção alternativa ao capitalismo, no que se refere às organizações de produtores, consumidores e poupadores, na qual se distinguem suas especificidades: as práticas autogestionárias e a solidariedade para com a população trabalhadora em geral” (SINGER, 2003, p.116).

Contudo, a prática da Economia Solidária se concretiza no contexto em que o atual estágio do capitalismo o coloca numa posição de estar pulverizado na sociedade, sendo esta a lógica econômica que prevalece. Portanto, modos híbridos de economia são possíveis para a manutenção dos empreendimentos da Economia Solidária na economia atual. Esse processo é definido por Gaiger e Laville (2009) como economia plural:

O avanço econômico das experiências realiza-se mediante a conjugação de três tipos de recursos: aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contra-partidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca. Esses agenciamentos simultâneos levam a Economia Solidária a ser partícipe de uma economia plural, constituindo-se suas iniciativas em tipos híbridos, entre as economias pública e privada, como exemplificam as empresas sociais (GAIGER e LAVILLE, 2009, p.166).

Foi embasado por este escopo teórico que nos inspiramos para aplicar os conceitos de Economia Solidária, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Local ao caso da produtora Colaborativa.PE. Passemos então para a caracterização de nosso objeto de estudo, em que, além de apresentá-lo, iremos fazer as primeiras aproximações com o aporte teórico aqui sintetizado.

CAPÍTULO II – Caracterização do Objeto de Estudo

Neste capítulo, caracterizamos nosso objeto de estudo, descrevemos a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, como surgiu, quais as metodologias que a balizam e depois fizemos o mesmo com a produtora cultural Colaborativa.PE, a produtora que estudamos mais profundamente nesta pesquisa, como exemplo da aplicação da referida Tecnologia Social.

II - 1 - Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas

As produtoras culturais colaborativas surgiram, ao que parece, a partir de algumas dinâmicas, como clubes de troca, palco livre, mídia livre, cobertura colaborativa, desenvolvidas nas edições do FSM com o intuito de ser uma metodologia alternativa no âmbito da gestão cultural, sobretudo aquela voltada para a produção cultural comunitária.

A necessidade de criar uma Tecnologia Social, no contexto das edições do FSM, surgiu da demanda de diversos coletivos, como ecovilas, telecentros e pontos de cultura, em desenvolver uma tecnologia de gestão e ação que contivesse metodologias que dessem suporte a ações permanentes no âmbito da cultura, bem como de outros coletivos ligados a permacultura, altermundismo, que em escalas diferentes também necessitavam de serviços de comunicação.

As metodologias começaram a ser desenvolvidas isoladamente nas edições do FSM a partir de 2002, numa dinâmica dentro do evento que se chamava Aldeia da Paz, que reunia Ecovilas do Brasil para difundirem suas práticas dentro do fórum. Nesse contexto, a primeira sistematização da Tecnologia Social se deu ainda sob o nome de Produtoras Culturais Comunitárias, em um evento chamado Mercado Cultural ocorrido na Universidade Federal da Bahia (UFBA), no ano de 2006 (http://www.viamagia.org/mercado/mercado07/programacao_conf.php).

Na Aldeia da Paz da edição do FSM realizada em Belém do Pará no ano de 2009, é que a Tecnologia Social foi aplicada com o nome de Produtora Cultural Colaborativa, dentro de um espaço que abrigou alguns pontos de cultura do Brasil e diversos coletivos de países como Argentina e Venezuela (<http://www.iteia.org.br/productora-cultural-colaborativa>). Essa instalação deu forma à Tecnologia Social, balizada pela utilização de *softwares* livres e pela Economia Solidária. Assim, a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas consiste em uma:

Tecnologia Social voltada para o Desenvolvimento Local de determinadas comunidades e grupos culturais, cujos objetivos são promover o compartilhamento de conhecimentos tecnológicos livres, a autogestão dos projetos e empreendimentos coletivos, a sustentabilidade dos grupos envolvidos, e a produção da comunicação

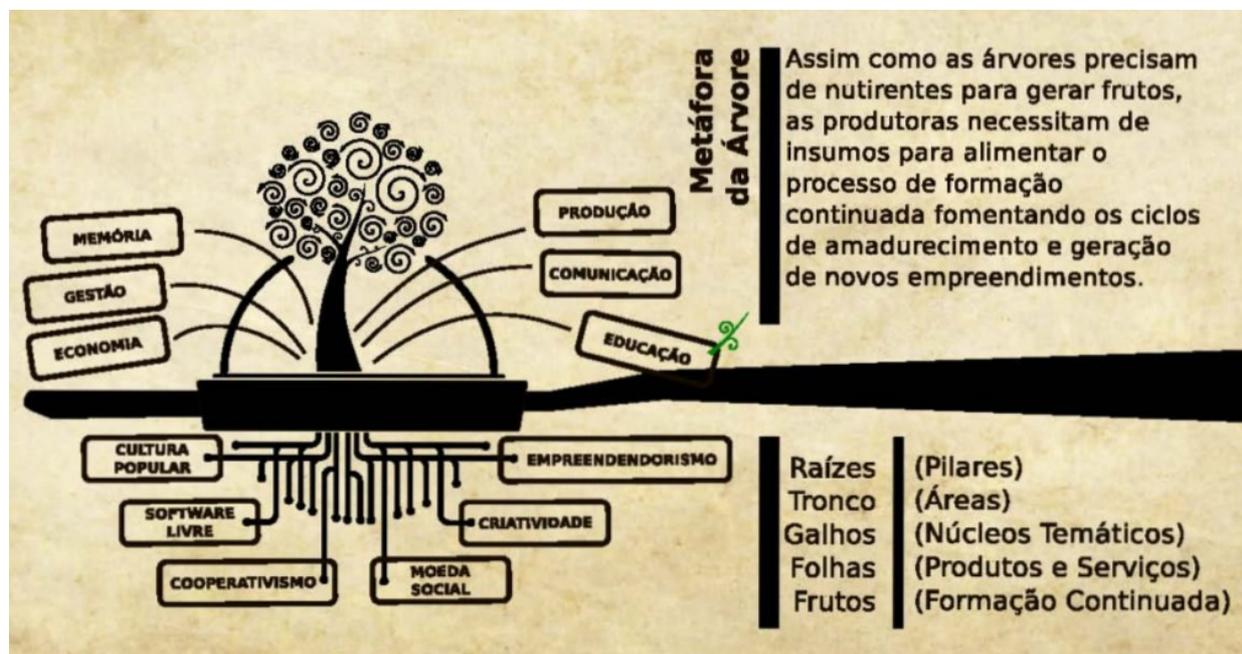
comunitária através das mídias populares e digitais. (CUNHA; GAMA; JATOBÁ, 2014, p.11).

No ano de 2010, surgiu a primeira produtora cultural colaborativa do Brasil, a Colaborativa.PE, no Estado de Pernambuco. A produtora se organizou inicialmente em torno da demanda de aplicar a Tecnologia Social no Festival Expoidea em 2010 (JATOBÁ e VILUTIS, 2010). Na ocasião, foram operadas as dinâmicas de Palco Livre, *jam sessions*, *web rádio*, comercialização de CDs com os ambulantes, produção de CDs, DVDs e videoclipes com os artistas, oficinas de formação e cobertura colaborativa.

Conforme o mapeamento (<http://corais.org/colaborativas/node/81574>) para o II Encontro Nacional de Produtoras Culturais Colaborativas, realizado em março de 2015 na cidade de Belém, Pará, foram vinte e seis coletivos utilizando essa Tecnologia Social, entre os quais estão incluídas diversas personalidades jurídicas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), institutos, telecentros, pontos de cultura, cooperativas, associações, cineclubes, *living labs*, *blogs*, centros culturais, movimentos culturais, agentes de cultura, artistas e coletivos não formalizados.

A sistematização das ações das produtoras culturais colaborativas pode ser representada pela metáfora da árvore ilustrada na figura a seguir:

Figura 1 – Metáfora da Árvore



Fonte: <http://www.iteia.org.br/textos/portfolio-2015-da-produtora-colaborativape>

As raízes da árvore representam os principais conceitos que sustentam a atuação das produtoras culturais colaborativas, nas quais estão situados o empreendedorismo, a criatividade, a moeda social, a cultura popular, o *software* livre e o cooperativismo. O tronco é composto por memória, gestão, economia, produção, comunicação e educação, que são os caminhos para se colocar na prática o que está nas raízes, para enfim render frutos na atuação das diversas produtoras.

Além de se apresentar como alternativa de ação para aplicação de uma racionalidade econômica com viés comunitário nas localidades, as produtoras culturais colaborativas se constituem como uma rede de solidariedade e apoio mútuo (<http://www.corais.org/colaborativas/>), através da qual realizam eventos, prestam serviços e promovem formações em comum. Destacamos dois encontros nacionais realizados, o primeiro em 2013, na região da Chapada Diamantina, Estado da Bahia, sediado no Ponto de Cultura do Circo do Capão; e o outro, o II Encontro Nacional de Produtoras Culturais Colaborativas, realizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA), no ano de 2015.

Outro avanço na institucionalização da tecnologia social das produtoras culturais colaborativas foi a certificação do Banco do Brasil reconhecendo-a em seu banco de dados de Tecnologias Sociais no ano de 2015 (<http://www.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecnologias/detalhar-tecnologia-350.htm>).

A aplicação da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas é balizada por dois pilares: o uso de *softwares* livres em suas produções e metodologias e a Economia Solidária, como eixo integrador de dinâmicas econômicas que elevam os processos para além dos resultados financeiros e englobam a sustentabilidade em um sentido mais amplo que inclua os aspectos intangíveis e simbólicos dos territórios.

II - 2 - Economia Solidária e *softwares* livres

A utilização de *softwares* livres nas produtoras culturais colaborativas é estratégica no sentido de abrigar ferramentas de apropriação tecnológica que rebatem nos processos organizacionais e econômicos daquelas. Os *softwares* livres possuem seu código-fonte aberto, o que significa que é possível fazer modificações, com o intuito de personalizá-los sem precisar pedir autorização a um proprietário (o que acontece nos *softwares* proprietários).

Além da capacidade e liberdade de adequação a diferentes necessidades, esses *softwares*, em geral, não são pagos a cada atualização, o que diminui os custos para quem os utiliza. Existe ainda a possibilidade de operá-los em *hardwares* menos robustos, o que democratiza o seu uso para

operações que, em geral, necessitam de *hardwares* mais encorpados, como a edição de áudio e de vídeo. Esta passagem de Euclides Mance (2002) elucida o que seriam os *softwares* livres:

Prática de colaboração solidária, em âmbito de produção e compartilhamento de tecnologias avançadas no setor de informática, é a produção e distribuição de *softwares* sob os regimes *freeware* e *copyleft*. Tratam-se de programas e sistemas que, sob esses regimes, podem ser gratuitamente utilizados, modificados e reproduzidos sem a necessidade de qualquer pagamento aos seus criadores. O número de produtos deste tipo, disponíveis na Internet, é cada vez maior, havendo um crescimento expressivo do movimento pelo *software livre* - que resultou no aprimoramento e na disseminação do emprego do sistema operacional *Linux* e na produção de inúmeros aplicativos que lhe são compatíveis - divulgando-se completamente o código fonte dos programas. Com esses *softwares*, disponíveis gratuitamente, é possível, por exemplo, a implantação de eficazes redes de comunicação de dados que conectam unidades produtivas a partir de computadores já obsoletos ou incorporar Tecnologia da Informação a empreendimentos econômicos a custo zero, no que se refere a aquisição de *softwares*. Operando com esses programas, muitos *Bulletin Board System* mantêm gratuitamente, nos diversos continentes, redes de comunicação entre organizações populares. Cabe salientar que esses *softwares* livres, em geral, e o sistema *Linux*, em particular, são diuturnamente aprimorados por milhares de programadores que trabalham em rede, de forma solidária e cooperativa, através da Internet (MANCE, 2002, p.35).

As implicações da utilização desses *softwares* no contexto da produção cultural comunitária são muitas. De início, podemos destacar que há uma real apropriação tecnológica. Muitos usuários de computadores recebem suas máquinas com uma série de recursos, os quais não têm apropriação para utilizar, o que acaba por sobrecarregar suas máquinas e deixá-los impossibilitados de executar tarefas que até gostariam de fazer, mas não o fazem por não conseguirem manejar as ferramentas.

O potencial de customização dos *softwares* livres faz com que o computador de cada usuário seja personalizado para as suas necessidades, com o *hardware* possuindo o essencial para sua utilização otimizada. SRB, que interagiu com a Colaborativa.PE como estudante no módulo de fotografia e em seguida trabalhou na produtora, avalia assim o uso dos *softwares* livres:

O *software* livre, pra mim, a lógica em si, [...] é o agrupamento de tudo, porque a construção das ferramentas já nasce de uma filosofia livre. Ela parte de as pessoas usarem o seu conhecimento em prol de ferramentas que vão beneficiar várias pessoas e que também são livres. Dá a oportunidade a pessoas, alguns programadores, designers, seja o que for, desenvolvedores, de atuar na sua área e de trabalhar com o que vêm desenvolvendo, fazendo uma prestação de serviços gratuita, colaborando para um bem em comum (SBR, p.21).

Destacamos também a avaliação de EUG, que igualmente fez formação e tornou-se colaboradora da Colaborativa.PE, corroborando o que foi dito acima:

O *software* livre, eu acho uma ferramenta fundamental e fantástica, porque é um protótipo de gestão de mundo, é um sistema que é livre, tem o código aberto. Onde

as pessoas, os técnicos e cientistas que estão capacitados para resolver os problemas que de repente surgirem, qualquer um que esteja ali naquela rede vai poder resolver aquele sistema e melhorá-lo. Isso, pra mim, é um protótipo mesmo de uma gestão de mundo, nem é de país, onde técnicos e cientistas estejam ali pra realmente resolver os problemas que surgem (EUG, p.24).

Entretanto, é preciso reconhecer que a grande maioria das pessoas se iniciou na informática e já possui o hábito de trabalhar em computadores que possuem *softwares* proprietários, o que torna a adaptação para sistemas livres um desafio. Contudo, com o constante aperfeiçoamento dos sistemas livres, essa adaptação é cada vez mais facilitada.

É comum nas produtoras culturais colaborativas, o desenvolvimento de ciclos de formação em *software* livre para que haja real apropriação dos usuários. Na Colaborativa.PE, por exemplo, periodicamente são promovidas formações nas áreas de *design*, captação e edição de imagens, captação e mixagem de áudio, jornalismo colaborativo e gestão colaborativa, todos utilizando ferramentas livres. Esses ciclos de formação são realizados na Concha Acústica da UFPE, no Recife, além de municípios que contratam esse serviço e em eventos dedicados a tecnologias livres ou eventos culturais em que a Colaborativa.PE busca pautar a necessidade da utilização de *softwares* livres em processos culturais.

Outras ações também são promovidas pela Colaborativa.PE, a exemplo das *install session* no início das formações. Tratam-se de sessões de instalação de *softwares* livres em máquinas que operam com *softwares* proprietários, podendo o usuário optar por migrar de imediato para o *software* livre ou iniciar uma transição, passando a utilizar o livre e o proprietário ao mesmo tempo, até migrar totalmente para o *software* livre. Também foram promovidas na Concha Acústica, edições do evento Liberta.PE, que também promovia *install sessions*, palestras e debates sobre tecnologias livres, além da participação de integrantes da Colaborativa.PE em eventos como o Festival Internacional do Software Livre (FISL), que ocorre anualmente no Rio Grande do Sul.

Os *softwares* livres também auxiliam na organização e gestão dos processos culturais na medida em que dispõem de ferramentas para tal. A principal ferramenta utilizada pela Colaborativa.PE neste sentido é a plataforma Corais (corais.org), que reúne uma série de funcionalidades que ajudam a organizar a agenda dos coletivos, a realizar e sistematizar reuniões *online*, organizar trabalhos a partir da ferramenta de tarefas e pode ser utilizada também como ferramenta de Educação a Distância (EAD), operar bancos comunitários, além de possibilitar personalização e passar por vários aperfeiçoamentos promovidos pelos próprios usuários, através de um projeto específico na plataforma, chamado Comunidade Metadesign. A figura 2 ilustra essa diversidade de oportunidades.

A gestão de um coletivo nesse ambiente virtual livre ajuda na transparência dos processos e na possibilidade de acompanhamento por todos os usuários, gerando inclusive maior autonomia no trabalho, uma vez que as tarefas pendentes estão ao alcance de todos, que podem executá-las no horário e local que lhes for conveniente, e há a possibilidade de os próprios usuários interferirem em seu desenvolvimento.

Os *softwares* livres trazem também ganhos econômicos para as produtoras culturais colaborativas, a partir do momento em que, em geral, não precisam ser pagas nem suas aquisições nem suas atualizações. Os custos nesses casos são financiados através de trabalho voluntário e doações espontâneas, e raramente é cobrado algum valor para sua aquisição e manutenção. Além do ganho no dia a dia, os coletivos podem, ao economizar nas compras e atualizações, ser um diferencial em editais públicos e contratações, alocando recursos que seriam gastos com *softwares* para outras necessidades, como material de divulgação, recursos humanos e locação de equipamentos.

Vale destacar, também, o estímulo à criatividade e ao reaproveitamento de peças e equipamentos. Na Concha Acústica da UFPE, por exemplo, foi instalado um telecentro subsidiado por uma das instituições integrantes do Arranjo Produtivo Local (APL), o Centro de Recondicionamento de Computadores Marista (CRC). Esse centro recebe computadores com defeito e os recondiciona para uso. Uma vez recondicionados, são formados *kits* telecentro com 11 computadores, destinados a ONGs, OSCIPs, escolas e programas públicos em geral. Assim, se democratiza o acesso aos computadores e se estimula a metarreciclagem, e novas economias podem ser feitas através de uma ética do reaproveitamento, e não do desperdício.

Apesar de ter rebatimento no aspecto econômico da Colaborativa.PE, pois a utilização dos *softwares* livres é um suporte importante nesse sentido, a principal estratégia econômica das produtoras culturais colaborativas é trabalhar sob os princípios da Economia Solidária para viabilizar os projetos e garantir a continuidade das ações. Gadotti ilustra a importância do uso de *softwares* livres na Economia Solidária:

A Economia Solidária não está fadada a permanecer sempre marginal. Seu progresso leva a penetrar em novas áreas: a produção cultural popular, mas também refinada, a informática (pelo software livre e pelas plataformas *wiki* de colaboração ilimitada), a investigação científica (os trabalhos publicados de autoria coletiva, sobrepujando os de autoria individual), a tecnologia avançada, etc. (GADOTTI, 2009, p.72).

A Economia Solidária é o outro pilar da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, enquanto lógica de racionalidade econômica. Advinda de algumas dinâmicas do FSM, cujo lema é “Outro mundo é possível”, as produtoras colaborativas tentam cultivar o ideal de que outra economia também é possível, ao aplicar os princípios esquematizados por Coraggio (2015), aos quais fizemos referência no capítulo anterior.

Portanto, é a partir dessa diretriz que o trabalho é orientado na Colaborativa.PE, o que possibilita aplicar a Economia Solidária tanto no modo de produzir do coletivo quanto na mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável dos territórios em que atua. Assim é organizado o cotidiano dos trabalhadores que desejam empreender junto com a Colaborativa.PE.

No caso, o grupo de trabalhadores que está organizado em torno da produtora engloba categorias que se dedicam a cultura, tecnologia e educação. Esses agentes praticam a autogestão nos processos, uma vez que não há liderança centralizada e todos são corresponsáveis pelo andamento dos empreendimentos gestados na Tecnologia Social e praticam a solidariedade entre si e entre os envolvidos nas ações promovidas pelo coletivo.

As principais iniciativas da produtora Colaborativa.PE, no que diz respeito a Economia Solidária, foram desenvolvidas no âmbito do movimento Conch@tiva. O Conch@tiva é o movimento de ocupação da Concha Acústica da UFPE. A Concha Acústica é um anexo do Centro de Convenções (CECON) da Universidade, que vinha se deteriorando por falta de utilização. Com o foco da administração do CECON nos *shows* de artistas consagrados no seu espaço principal — o anfiteatro —, o anexo — a Concha Acústica — ficou relegado a segundo plano, carecendo de atividades regulares.

No ano de 2012, a produtora Colaborativa.PE foi selecionada pelo edital que tinha por objetivo contemplar iniciativas que incentivassem a economia criativa, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) da UFPE. A execução desse projeto convergiu para a ocupação do espaço da Concha Acústica para que fosse implementado, como contrapartida, um telecentro no local, onde se fizessem atividades de formação sobre tecnologias livres, produção cultural, Economia Solidária e onde se realizassem eventos periódicos, o que colaboraria com a manutenção do espaço.

A partir de então, a Colaborativa.PE tratou de articular-se com pontos de cultura, coletivos, artistas, estudantes e servidores interessados em desenvolver ações na Concha Acústica como CRC/Marista, a TV Comunitária Canal Capibaribe, os pontos de cultura Coco de Umbigada, de Olinda/PE, Laia Laboratório, de Camaragibe/PE, Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA) Recife e o pontão de cultura digital iTEIA.

As primeiras ações a serem desenvolvidas foram a instalação de um telecentro em um dos iglus e um mutirão para a limpeza do local. Os telecentros fazem parte de uma política pública de inclusão digital, em que são criados espaços para o acesso à *internet* e atividades formativas no campo da tecnologia. As entidades executoras dessas ações são os CRCs espalhados pelo Brasil. Elas, em geral, recebem doações de computadores e peças em desuso e as recondicionam para uso, formando *kits* telecentro. Cada *kit* é constituído por 11 computadores (cada um com estabilizador, CPU e Monitor), necessários para a instalação dos telecentros. Portanto, o CRC/Marista fez a doação de um desses kits para a constituição de um telecentro gerido pela Colaborativa.PE na Concha Acústica.

Do ponto de vista da limpeza do espaço da Concha Acústica da UFPE, um mutirão foi feito e houve a limpeza tanto dos espaços internos quanto da área verde do entorno. Contudo, nessas ações e nas etapas de planejamento da ocupação, ficou evidente que era preciso estabelecer algumas contrapartidas para manter a adesão aos trabalhos para a manutenção e realização de eventos no espaço. Para estimular a participação de pessoas na ocupação, foi criada a moeda social Concha. As Conchas surgiram para balizar trocas entre o movimento Conch@tiva e as pessoas que viriam a trabalhar em prol dele. Cabe aqui conceituar *moedas sociais* como:

Moedas alternativas ou moedas sociais locais circulantes são moedas complementares ao real, que objetivam fazer com que o ‘dinheiro’ circule na própria comunidade, ampliando o poder da comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente (GADOTTI, 2009, pp.104-105).

A Concha é uma moeda social operada pela *internet*, através da plataforma Corais, portanto, uma moeda social digital. A plataforma Corais foi criada e desenvolvida pelo Instituto Faber-Ludens, de Curitiba/PR, com o intuito de ser uma ferramenta para a gestão de projetos no âmbito do *design*. Contudo, a ferramenta foi aprimorada com o tempo pelos próprios usuários e novas funcionalidades foram agregadas ao Corais.

Ao ser operada exclusivamente pela plataforma Corais, a moeda social Concha possui a característica de ser exclusivamente digital, o que não permite sua impressão em material físico. Esse mecanismo impede a impressão indevida da moeda, além de permitir que os extratos de todos

os usuários fiquem expostos na plataforma, o que permite a fiscalização e a transparência de seu uso por qualquer cidadão interessado em saber como se dão as transações.

Figura 2 – Moeda Social

The screenshot displays the 'Moeda Social' interface. At the top, there is a navigation bar with 'Projetos' and 'Movimento Conch@TIVA'. Below this is a toolbar with various icons and a search bar. The main content area is divided into two sections: 'Transações' (Transactions) and 'Fazer uma transação' (Make a transaction).

The 'Transações' section includes a filter for 'Pessoa que recebeu' (Person who received) and 'Pessoa que pagou' (Person who paid). Below this is a bar chart titled 'Montante transferido recentemente' (Recently transferred amount) showing values over time. A table below the chart lists transactions with columns for Date, Description, Task/Offer, Sacado (Paid by), Pessoa que recebeu (Received by), and Valor (Value).

The 'Fazer uma transação' section contains a form with fields for 'MOTIVO DA TRANSAÇÃO' (Transaction Reason), 'TAREFA/OFERTA' (Task/Offer), 'TYPE OF EXCHANGE', 'PESSOA QUE RECEBE' (Person who receives), and 'QUANTIDADE' (Quantity). A 'Próximo' (Next) button is located at the bottom of the form.

Data	Descrição	Task/Offer	Sacado	Pessoa que recebeu	Valor
06-01-16	05 Doses de Chica Confra 2015 19/12/2015		Well	MujICAFÉ	25
06-01-16	Limpeza da Sede Colabor@tiva.PE 05/01/2016	Multirão colabor@tivo	Fundo Conchativa	leo guedes	80
06-01-16	Limpeza da Sede Colabor@tiva.PE 05/01/2016	Multirão colabor@tivo	Fundo Conchativa	EDUARDO LIMA	80
06-01-16	Limpeza da Sede Colabor@tiva.PE 05/01/2016	Multirão colabor@tivo	Fundo Conchativa	Well	80
06-01-16	27 Refeições Vegetarianas		Well	Da Chita Alimentos	125

Fonte: <http://corais.org/conchativa/exchanges>

Aportada por essa ferramenta, a Colaborativa.PE criou duas tabelas, uma de demandas do movimento Conch@tiva (<http://corais.org/conchativa/node/76663>) e outra de ofertas, produtos e saberes (<http://corais.org/conchativa/node/76660>), que podem ser oferecidos pelos coletivos que

fazem parte do movimento. É através dessas tabelas que os colaboradores podem entender como adquirir a moeda social e como podem utilizar as Conchas.

Entre as principais demandas, estão a adoção da área verde no entorno da Concha, a participação na produção de eventos no espaço e serviços de serigrafia. Entre as ofertas, estão cursos de formação, material exclusivo de artistas participantes dos eventos e *souvenirs* como camisetas, adesivos e *bottons*.

A partir da apropriação dessas ferramentas, mobilizou-se os principais recursos para a realização de eventos no intuito de movimentar a Concha Acústica da UFPE. No ano de 2013, as principais ações foram os eventos mensais São Sambas e Palco Livre/Expoidea. O São Sambas se constituiu como o espaço da cultura popular com a participação de mestres das sambadas de coco, do maracatu, do afoxé e da ciranda, manifestações culturais tradicionais do Nordeste brasileiro, e o Palco Livre foi o espaço para revelar bandas do cenário local e utilizado também como seletiva para a programação cultural do Festival Expoidea, realizado no mês de outubro do mesmo ano.

Figura 3 – Cartaz São Sambas Outubro/2013

APRESENTA:

SÃO SAMBAS

EM HOMENAGEM
AOS 10 ANOS DO

laboratório
Caia
de Intervenção Artística

SEX
18
10
18h
concha acústica UFPE

ingresso
contribuição voluntária
R\$ **2** Alimento não Parecível
ou **5** Água Mineral
ou **5** Concha (moeda social)

COMEMORAÇÃO DOS
07 ANOS DA SAMBADA DA LAIA
PARTICIPAÇÃO DOS MESTRES
ZÉ NEGÃO, ZÉ MARIA, NILTON JUNIOR,
ZECA DO PANDEIRO E CONVIDADOS.

CINE CONCHA

Intervalos

Apoio:

Realização:

UFPE, CENTRO DE CONVERSÕES, PRO-EXT, itea, UCA, capibaribe, CUCAR RECIFE, IACESSE (www.colabr@tiva.pe, 81.9799.4140 / 8097.3019), QR CODE

Fonte: <http://www.corais.org/conchativa/node/78835>

Entre os meses de março e novembro do ano de 2013, foram realizadas nove edições do São Sambah. A dinâmica desse evento se iniciava com alguma exibição de vídeo, na temática dos povos tradicionais, realizada com o acervo da TV Comunitária Canal Capibaribe. Em seguida, era realizada a sambada concomitantemente com algumas rodadas de pergunta aos mestres e participantes do evento. As apresentações foram gravadas e disponibilizadas no site do pontão de cultura digital iTEIA (<http://iteia.org.br/audios/sao-sambah-edicao-agosto-part-2>), que funciona como um repositório de produtos culturais.

O Palco Livre/Expoidea selecionou, em seis edições, quatro bandas por mês para se apresentar na Concha Acústica da UFPE. Essa seleção se dava através das ofertas de cada banda no portal iTEIA, por exemplo, disponibilizar áudios, clipes, imagens no portal iTEIA, além de assumir algumas das necessidades da Concha Acústica, como a manutenção do espaço. As quatro bandas que mais pontuavam participavam da seletiva mensal, as oito melhores pontuadas no final do ano se apresentaram na programação cultural da Expoidea, um evento que inclui debates, palestras e oficinas sobre tecnologia, cultura e educação. No espaço da Concha Acústica, foram realizadas algumas palestras e as apresentações culturais que finalizaram o evento. Além de participar dessas apresentações, as bandas vencedoras do Festival Palco Livre receberam como premiação *release*, o vídeo do seu *show* gravado na íntegra, o áudio do *show* com CDs prensados, além de repercussão no portal iTEIA e nas redes sociais na *internet*.

Ainda no ano de 2013 o telecentro instalado na Concha Acústica da UFPE recebeu o ciclo de formação intitulado de Curso de Gestão Colaborativa e Produção Multimídia de Ações Culturais. Nesse curso, o aluno poderia pagar sua matrícula em Conchas ou moeda corrente, para desenvolver habilidades em: filmagem, edição e finalização de vídeo; gravação e mixagem de áudio; *design* gráfico; jornalismo digital; e *streaming* e *web* rádio. Esse foi o primeiro módulo da formação. O segundo módulo trouxe conteúdos da Produção Cultural Comunitária, com o enfoque na gestão dos empreendimentos culturais.

Figura 4 – Curso de Gestão Colaborativa

CURSO DE GESTÃO COLABORATIVA
E PRODUÇÃO MULTIMÍDIA DE AÇÕES CULTURAIS

INSCRIÇÕES PRORROGADAS ■
até SEXTA: **18/10** ■

INSCRIÇÕES PRESENCIAIS ■
na **CONCHA ACÚSTICA DA UFPE**
das 14h as 18h

VALOR ■
R\$ **50** ■
ou
↻ **25** ■
moeda social **CONCHA**

MÓDULOS ■
semi presenciais
(aulas presenciais uma vez por semana)
carga horária : 120 horas

Filmagem, Edição e Finalização de Vídeo

Gravação e Mixagem de Áudio

Design Gráfico

Jornalismo Digital

Streaming e Web Rádio

Produção Cultural Comunitária

informações: ■
<http://colaborativa.pe>
e-mail: colabor@tiva.pe
fone: 8897.3018 (01)
9799.4140 (TM)

Cursos 100% em Software Livre + CD

Movimento **Conch@tiva**

Certificados reconhecidos pela Extensão Universitária da UFPE.

Fonte: http://www.corais.org/sites/default/files/arte2formacaocolaborativaemprendimentoscriativosconchativa_colaborativa.pe-prorrogaocao_0.png

A partir de 2014 foram integrados como atrações na Concha Acústica da UFPE os eventos Liberta.PE e Reggae na Concha. O Liberta.PE foi um momento para a discussão sobre tecnologias livres, instalação de *softwares* livres nas máquinas dos participantes que assim o desejassem (se libertando dos *softwares* proprietários; esta é a referência que remete ao título do evento) e troca de informações sobre a cultura livre em geral.

O Reggae na Concha foi um evento em que se realizavam *shows* da banda N'zambi, protagonista no cenário do estilo musical *reggae* do Nordeste brasileiro e oriunda do bairro da Várzea, no entorno da UFPE. O Reggae na Concha foi muitas vezes realizado em conjunto com o Liberta.PE, cuja dinâmica se dava com a realização das atividades do evento sobre tecnologia e culturas livres à tarde e a culminância do evento com o *show* de *reggae* à noite.

O tradicional evento Domingo no Campus também teve uma edição produzida pelo movimento Conch@tiva. No semestre 2014.1, as boas-vindas aos estudantes da UFPE, que em geral era feita no Lago do Cavouco, nas dependências do *campus*, foi realizada na Concha Acústica. Entretanto, em vez de ter somente a presença de artistas consagrados, a curadoria mesclou bandas de renome, como a Orquestra Contemporânea de Olinda, com artistas dos bairros do entorno da UFPE.

No ano de 2014 foi criado um empreendimento, no âmbito do movimento Conch@tiva, chamado Bicicleta Colaborativa (<http://www.corais.org/bicicleta/dashboard>). A Bicicleta Colaborativa tem por objetivo principal ser um veículo itinerante de comunicação, que seja utilizado para divulgar as ações do movimento Conch@tiva e também empreendimentos do entorno da UFPE. Os idealizadores se referem a esse projeto como “rádio ciclo” e “rádio bike”. Contudo, utilizamos nesta pesquisa o termo Bicicleta Colaborativa, porque, conforme o link acima, foi com esse nome que foi criado o projeto para gerir o empreendimento na plataforma Corais.

Novamente a moeda social Concha foi utilizada para balizar as trocas entre o movimento Conch@tiva e os comerciantes da região, que ofereciam seus produtos e serviços e adquiriam com Conchas o espaço publicitário na bicicleta. Assim, oficinas mecânicas, restaurantes, tabacarias da região passaram a anunciar no veículo de comunicação, ao mesmo tempo em que ofereciam refeições, reparos em automóveis, cafés, artigos de tabacaria, etc.

A bicicleta foi adaptada para se tornar um veículo de comunicação no contexto do *hacker space* que funcionou no telecentro da Concha Acústica entre os anos de 2014 e 2015, inicialmente denominado por Oxe *Hacklab* e depois rebatizado para Oxente *Hacker Space* (<http://www.corais.org/oxente/>). Os *hacker space* são espaços para a realização de experimentos com *hardwares*, em geral subutilizados, que são recondicionados para uso. Nesse contexto, foi

instalada uma caixa de som na bicicleta para que esta pudesse circular pelo *campus* da UFPE, no Recife, e pelos bairros no entorno da Universidade. A figura 6 mostra o itinerário da bicicleta colaborativa.

Figura 5 – Itinerário da Bicicleta Colaborativa

Bicicleta Colaborativa
Comunicação Comunitária na Cidade Universitária

SERVIÇOS OFERTADOS:

- Divulgação de Ações Culturais
- Divulgação de Empreendimentos Locais
- Circulação de Produtos
- Promoção de Artistas Independentes
- Ambiência e Sonorização de Eventos
- Outr@s (Apresente suas ideias)

ITINERÁRIO

- Concha Acústica e Centro de Convenções da UFPE
- Centro de Informática e Ciências Biológicas
- Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- Lago da UFPE e Departamento de Turismo
- Entorno da UFPE e Praça da Várzea
- Arquitetura e Educação Física
- Centro de Arte e Comunicação

Reprodução do Programa Semanal (10 Minutos)

FUNCIONAMENTO

Dias de Circulação: Segunda, Quintas, Sextas

Horário: 12h - 13:30h / 15h - 16:30h

Público-Alvo: Estudantes da UFPE, IFPE, Estudantes, Moradores e Frequentadores da Cidade Universitária e do Bairro da Várzea

CONTATO

- Fones: 81 8688-3182 (OI)
81 9986-8997 (TIM)
- Email: colabor@tva.pe
- +Informações: www.colaborativa.pe

MAPA DO PERCURS

O mapa mostra o percurso da bicicleta colaborativa em um campus universitário e áreas adjacentes. O percurso é traçado em amarelo e verde, passando por pontos de interesse como a Concha Acústica, o Centro de Informática e Ciências Biológicas, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas, o Lago da UFPE, o Departamento de Turismo, o Entorno da UFPE e Praça da Várzea, a Arquitetura e Educação Física, e o Centro de Arte e Comunicação. O mapa também indica a localização de vários pontos de estacionamento (P) e de serviços oferecidos.

Fonte: <http://www.corais.org/bicicleta/node/83343>

Outro empreendimento criado no final de 2014 foi o MujiCafé (<http://www.corais.org/mujicafe/>). O MujiCafé é uma estrutura móvel para vender cafés, sucos e lanches em dias de eventos na Concha Acústica. Esse empreendimento atende a uma demanda por esses produtos nos dias dos eventos, sobretudo porque os locais que os fornecem na Universidade são distantes da Concha Acústica ou estão fechados nos horários dos eventos, e também aceita Conchas como forma de pagamento.

O São Sambahas teve em 2015 uma edição conjunta com a ação Saúde Integrativa (<http://www.corais.org/conchativa/node/87109>), que promoveu atividades holísticas e terapêuticas coletivas, oficinas, palestras, serviços e produtos que visam a um estilo de vida mais saudável. Houve palestras que debateram parto e protagonismo feminino, além de atividades de Reiki e Harmonização Energética, produtos fitoterápicos, feirinha orgânica, artesanato e alimentação saudável. A apresentação coube a uma sambada de coco com o Mestre Zé Negão e a sambada de coco da Tabajara.

O Festival de Inverno da Várzea (FIV), com conteúdo acessível em: <http://www.corais.org/fiv/dashboard/custom-2>, ocorre há 7 edições no bairro da Várzea e teve, nas edições de 2015 e 2016, a participação da produtora Colaborativa.PE, o que ajudou a estreitar as relações com o movimento cultural da Várzea, artistas e comunidade em geral. As atrações foram diversas, com *shows*, filmes, oficinas, que ocorreram gratuitamente e ao ar livre no entorno da principal praça do bairro, como explica Eduardo Lima:

Isso [a relação da Colaborativa.PE com os agentes do bairro da Várzea] foi construído até chegar ao ponto de a comunidade e o movimento cultural da Várzea convidar a gente pra apoiar a realização do FIV. Participamos em 2015 como apoio e, em 2016, foi uma correalização da produtora Colaborativa.PE com a produtora Casa Nobre, que realiza ações na Várzea (EDL, p.04).

Ainda no bairro da Várzea, o movimento Salve o Casarão da Várzea, que reivindica a restauração de um casarão histórico no bairro, teve a participação do movimento Conch@tiva na divulgação das ações e no apoio à Rádio Magitot, que realiza transmissões direto da ocupação nos dias de mutirão para ações diretas de conservação e intervenções artísticas no casarão.

Contudo, nem todas as necessidades de recursos materiais da Colaborativa.PE podem ser mobilizadas em moeda social, o que aliás é uma realidade de muitos empreendimentos solidários que enfrentam o desafio de sua sustentabilidade econômica, uma vez que prevalece a lógica capitalista. Portanto, ainda que balizada pela Economia Solidária, a gestão dos empreendimentos tem se imbricado em tipos híbridos de atuação que englobam economia pública, privada, negociações com o mercado informal, uma diversidade de recursos que Gaiger e Laville (2009) identificam como economia plural.

Nesse contexto, a produtora Colaborativa.PE tenta engendrar suas ações nas quatro dimensões: econômica, sociocultural, política e de gestão, conforme o suscitado por França-Filho e Reis (2005, p.04). Adentraremos na discussão dessas dimensões mais a fundo nos capítulos III e IV.

II - 3 - Produtora cultural Colaborativa.PE

Como já salientamos, as primeiras metodologias que seriam implementadas enquanto Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas se deram nas diversas edições do FSM ao longo da primeira década dos anos 2000. Foi nesse contexto que as diversas dinâmicas de palco livre, cineclubismo, cobertura colaborativa, clubes de troca, etc. foram praticadas, ainda que pontualmente em cada edição, até que no FSM de 2009 em Belém do Pará surgiu a reflexão sobre a aplicação perene dessas metodologias, que culminou na agora denominada Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas.

Sua sistematização para aplicação continuada ocorreu no Festival Expoidea de 2010. Nesse contexto, do evento realizado na Torre Malakoff no bairro do Recife Antigo, área central do Recife, diversas dinâmicas que concernem ao andamento do evento, como a sua cobertura, oficinas de formação, palco livre e trocas de produtos e serviços, foram orientadas pelos pilares das produtoras colaborativas, que são o uso de *software* livre e a Economia Solidária.

O grupo de pessoas que trabalhou nesse evento ficou denominado de produtora Colaborativa.PE. Esses colaboradores advinham do pontão de cultura iTEIA e reuniram outros agentes para a Expoidea. O iTEIA é um portal que oferece serviço de repositório para acervo multimídia de cultura digital, como vídeos, áudios e notícias. Desenvolvido pela OSCIP denominada Instituto Intercidadania, com sede na cidade do Recife/PE, CNPJ: 07.553.412/0001-06, uma das principais organizações que fomenta a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, sob encomenda do Ministério da Cultura (MinC) no ano de 2007, o iTEIA armazena boa parte do acervo da cultura popular produzida pelos pontos de cultura no País.

A Colaborativa.PE aplicou as metodologias da Tecnologia Social na Expoidea de 2010, desde a seleção de bandas para tocar na parte cultural do evento, em que 82 artistas foram inscritos e selecionados 16, até a articulação de trocas de produtos e serviços entre os artistas e pontos de cultura que circularam durante o festival. A cobertura das ações foi registrada no iTEIA (<http://www.iteia.org.br/expoidea>), e a troca de produtos e serviços entre os coletivos envolvidos agregou, inclusive, os carrinhos de vendedores ambulantes de CD, que eram incentivados a tocar música local e vender CDs dos artistas participantes da Expoidea, o que gerou um novo nicho de trabalho e renda para os ambulantes e ao mesmo tempo a divulgação dos artistas da cultura popular (sobretudo das manifestações dos povos tradicionais), que em geral não têm suas músicas tocadas nos carrinhos de vendedores de CD.

A partir de então, a produtora Colaborativa.PE passou a prestar diversos serviços na área de produção cultural, como gravação e mixagem de CDs, cobertura de eventos, equipe para filmagem,

apoio à divulgação de eventos, produtos e serviços e articulação entre diversos atores da cena cultural de Pernambuco.

Como resultado dessa articulação, a Colaborativa.PE reuniu em 2012 diversos pontos de cultura para atuar em um projeto de ocupação da Concha Acústica da UFPE, em parceria com a PROEXT, fomentado através de edital de projetos de extensão voltados para a cultura. Esse projeto de extensão passou a incluir os eventos e atividades formativas promovidos pela Colaborativa.PE e outros parceiros, conforme atesta Eduardo Lima, um dos fundadores da Colaborativa.PE, atual presidente do Instituto Intercidadania:

De 2012 para 2013, aprovamos um projeto no edital de extensão da PROEXT voltado para a área de economia criativa. Foi quando começou essa relação mais próxima com a extensão. Na época do CUCA já havia uma boa relação com a PROEXT. Se deu uma continuidade nessa relação, que já havia sido iniciada na época do ponto de cultura do CUCA, quando voltamos com a Tecnologia Social das produtoras colaborativas (EDL, p.01).

A ação adquiriu relevância por se tratar de ocupar um espaço público relegado a segundo plano, uma vez que é um anexo do CECON daquela universidade, cuja prioridade é o seu anfiteatro, cedido em geral para *shows* de artistas consagrados e raramente para uso da comunidade acadêmica.

Portanto, surgiu uma movimentação que foi batizada de movimento Conch@tiva, animada pela Colaborativa.PE, que reuniu coletivos como o Ponto de Cultura Coco de Umbigada (Olinda/PE), a TV Canal Capibaribe (Recife/PE), primeira TV Comunitária do Nordeste, o CRC/Marista, a rádio comunitária Amnésia (Olinda/PE), o Ponto de Cultura Laia Laboratório (Camaragibe/PE), o CUCA Recife, o Pontão de Cultura Digital iTEIA, entre outros coletivos e agentes culturais que atuam nos mais diversos ramos da cadeia produtiva da cultura.

A produtora Colaborativa.PE funciona hoje com cinco colaboradores fixos, também ligados ao Instituto Intercidadania, e conta com a colaboração de outros agentes, a depender da demanda da ação a ser executada. Entre eles estão envolvidos habitantes dos territórios em que a produtora atua, além de alunos dos cursos de formação que, ao terem contato com as atividades práticas promovidas pelos cursos, passam a colaborar em alguns momentos e até a empreender junto com o coletivo. Essa dinâmica fornece pistas sobre o modo de gestão do coletivo, ao qual nos debruçamos no capítulo seguinte.

CAPÍTULO III – Gestão

Apresentamos até aqui as premissas da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, bem como o contexto de Desenvolvimento Local em que a produtora Colaborativa.PE desenvolve suas ações. Contudo, esse tipo de trabalho necessita de algumas especificidades na gestão para que não se tenham distorções no processo, como a “ilusão de participação” nem tampouco “simulacros de participação”. Portanto, analisaremos os processos que incluem noções de autogestão, cooperação, participação e os processos de formação dentro do coletivo e quais as principais metodologias e ferramentas utilizadas para lograr êxito.

III - 1 - Autogestão

Em sua versão clássica, a noção de autogestão está ligada ao controle exercido pelos trabalhadores sobre o seu modo de trabalhar e sobre os resultados do seu trabalho, numa tentativa de se desgarrar do trabalho alienado, cujos resultados satisfazem primordialmente ao detentor dos meios de produção: “a negação da burocracia e de sua heterogestão, que separa artificialmente uma categoria de dirigentes de uma categoria de dirigidos” (PROUDHON, *apud* CANÇADO, 2008, p.102).

Contudo, saindo do plano macrossocial, a noção de autogestão é relacionada a processos de trabalho descentralizados, colaborativos, cooperativos, em que se socializam o labor cotidiano, as sobras e as perdas. Tem-se observado a presença da autogestão em âmbitos diversos, como nos movimentos sociais libertários, na gestão de massas falidas de indústrias, nas cooperativas e em empreendimentos da Economia Solidária (BARACALDO, 1989, pp.181-197).

A autogestão remete à livre iniciativa dos trabalhadores em torno de um projeto comum, seja ele pontual ou duradouro. Entretanto, a predisposição dos trabalhadores em controlarem suas atividades dentro dos coletivos requer uma rotina de organização que faça com que o trabalho de cada indivíduo seja mobilizado em prol do coletivo. Apesar de agregar uma gama mais ampla de estratégias para a comunicação interna e externa, como lista de *e-mails* e aplicativos de celular, a plataforma Corais é o ambiente virtual que agrega informações, bancos de dados, arquivo e sistematização das ações da produtora Colaborativa.PE.

A plataforma Corais foi criada por um grupo de *designers* do Instituto Faber-Ludens, em Curitiba, no Estado do Paraná, com o objetivo de unir suas criatividade ao promover a junção de ferramentas para o trabalho colaborativo e distribuição de tarefas, unindo funcionalidades dispersas em diferentes aplicativos. Com a inserção de coletivos com interesses diferentes, a plataforma foi

aprimorada pelos próprios usuários, sendo atualmente utilizada desde como ferramenta de EAD até para a criação e gestão de bancos comunitários.

Na Colaborativa.PE, a plataforma Corais é utilizada para a realização de reuniões, agendar atividades, como banco de dados, para gestão da moeda social e documentação das ações. Na seção de tarefas, nesse ambiente, estão relacionadas as tarefas a serem desempenhadas, o prazo para executá-las e qual a recompensa em moedas sociais para quem se dispôr a realizá-la.

Figura 6. Tarefas Colaborativa.PE

Título	Prioridade	Status	Responsáveis	Comentários
Palco Livre de Março		Em andamento	EDUARDO LIMA Eugenia Procopio jatoba	1 editar apagar
Articulação com Restaurantes no entorno da UFPE		Em andamento	jatoba	editar apagar
Divulgar Ação Noites Para Bailar	Médio	Em andamento	Stephany Cardoso	editar apagar
Roteiro de Atividades das Ações Realizadas pela Colabor@tiva.PE	Médio	Em andamento	S@ndro Barros Stephany Cardoso	editar apagar
Realização do Plano de Aula de Cada módulo		Em andamento	EDUARDO LIMA jatoba leo guedes	8 editar apagar
Atualização da identidade visual da Colaborativa 2015		Em andamento		1 editar apagar
Realizar breafing para criação da ID Visual do Palco Livre 2015	Alta	Em andamento	S@ndro Barros	editar apagar
Pessoas para mesa principal da ação de saúde	Alta	Em andamento	Joice Pollana d...	2 editar apagar
ESPAÇO PARA MEDITAÇÃO (REIKE/IOGA)	Alta	Em andamento	Joice Pollana d...	2 editar apagar

Fonte: corais.org/colaboratipe/tasks

Portanto, o trabalho autogestionário é um trabalho que envolve mobilização e engajamento dos envolvidos. Os indivíduos possuem liberdade para realizar as tarefas no horário que lhes convier, o que os liberta das amarras de um expediente com horário específico, e muitas vezes esse trabalho pode ser feito de qualquer lugar, não necessitando de um espaço físico, como para a elaboração de projetos, o preenchimento de formulários de editais públicos, a criação de logomarcas e cartazes de divulgação, a própria divulgação de ações na *internet*.

Existem tarefas específicas em que se precisa de pessoal presencialmente, como o trabalho de montagem, desmontagem do espaço de eventos, palestras, oficinas, etc. Esses trabalhos são decididos através das reuniões semanais realizadas na Concha Acústica da UFPE, e documentadas *online* pela plataforma Corais. Para tal, é utilizada a ferramenta Texto Colaborativo, que agrega um recurso conhecido como *pad*. Um *pad* apresenta uma tela em que no espaço do meio há um “papel” em branco, no qual se pode colocar a ata da reunião, e ao lado há uma barra de *chat*, em que as pessoas podem conversar sobre aquela pauta, como se vê na figura 8. Essa dinâmica permite que pessoas participem da reunião sem estar presencialmente no local físico.

Com esta metodologia se configura um cotidiano de trabalho que se aproxima da noção de autogestão cunhada por Paulo de Albuquerque, em que:

Por autogestão, em sentido lato, entende-se o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um ‘coletivo’. É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais (ALBUQUERQUE, 2003, p.20).

Figura 7– Pauta de Reunião

Pauta da Reunião Semanal de 20/10/2014

Você edita o conteúdo do texto na aba "Ver". A aba "Editar" serve apenas para o título. Para mudar sua cor de edição, clique no ícone de pessoa à direita.

The screenshot shows a web editor interface for a meeting agenda. The main content area contains a list of items, some of which are highlighted in green. The items are:

- Participantes
 - Pedro Jatobá
 - Eduardo Lima
 - Eugênia Procópio
 - Leo Guedes
 - Carlos Lunna
- Bicicleta Colaborativa
 - Estamos com os elementos mínimos pra funcionar a primeira versão da bicicleta colaborativa
 - Material Gráfico e identidade visual
 - Pensar possíveis parceiros e anunciantes
 - Divulgar ações desta semana: Noites MP3 B, Liberta PE e Reggae na Concha (08.11) (JATOBÁ)
 - Roteiro dos SPOTS (Eugenia)
- Noites MP3 B
 - Bombar a divulgação até domingo, quando vai acontecer a ação no recife antigo
 - Internet, divulgação na mídia, bicicleta na UFPE,
 - Criar o spot de áudio para circular na universidade.
 - Vinheta (Eduardo)
- Oxente - Espaço Hacker
 - Definir Data / Horário da Frente da Bicicleta Colaborativa (Votação no CORAIS do OXENTE)
 - Organizar divulgação de ações (Ação Liberta.PE)

The right side of the screenshot shows a chat window titled "Bate-papo" with messages from participants like Carlos Lunna and Jatobá.

Fonte: corais.org/colaborativa/node/82877

Tratamos nessa seção das principais noções de autogestão que orientam o cotidiano de trabalho na produtora Colaborativa.PE, quais as metodologias e ferramentas para otimizar a aplicação desse conceito. Conforme mencionado em algumas passagens desta pesquisa, a cooperação e a participação são inerentes a esse processo, de modo que destrincharemos essas noções em seguida.

III - 2 - Cooperação e participação

Cooperação é um termo que parece bastante intuitivo no que concerne aos empreendimentos coletivos. Contudo, o que significa de fato cooperar? O que estimula as pessoas a cooperarem? Como se dá a cooperação no cotidiano da Colaborativa.PE?

Segundo Jesus e Tiriba “*cooperação* significa tomar parte de um empreendimento coletivo cujos resultados dependem da ação de cada um dos participantes” (JESUS e TIRIBA, 2003, p.49) e “a cooperação pressupõe a coordenação do esforço coletivo para atingir objetivos comuns” (JESUS e TIRIBA, 2003, p.51). Portanto, a noção de construção de um objetivo comum é fundamental para analisar projetos que têm como pilares a solidariedade e os processos participativos.

No caso da Colaborativa.PE, a própria premissa da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas prevê de início a aglutinação de pessoas que tenham interesse em tecnologias livres e em empreendimentos da Economia Solidária. A ocupação de espaços públicos

também é um agregador de pessoas que tem o objetivo de tornar aquele bem cada vez mais com caráter coletivo, o que não ocorre na administração capitalista (PARO, 2006, pp.35-79), que permeia o mercado cada vez mais imbricado com o Estado.

Portanto, a cooperação na Colaborativa.PE tende a transcender projetos e empreendimentos específicos e passa a ser uma forma de fazer que, fundamentalmente, está ancorada em oposição a projetos individualistas e são motivados pelo duplo movimento de, ao mesmo tempo em que o indivíduo coopera vislumbrando algum crescimento ou benefício individual, ele também coopera visando à coletividade, tanto no sentido micro (a coletividade do projeto o qual participa) quanto no sentido macro (a coletividade da sociedade como um todo), e tenta trabalhar sob uma nova racionalidade, cultivando e praticando novos valores.

Entretanto, para que a cooperação de fato se efetive em realização de projetos coletivos, é preciso que haja a participação dos agentes, que passem da condição de dispostos a cooperar para de fato protagonistas dos processos.

A participação é ação fundamental dentro de todo e qualquer processo de trabalho coletivo. É através dela que se concretiza o que foi planejado e autogestionado pela coletividade. No entanto, é preciso compreender que tipo de participação é adequada para cada tipo de organização. É comum que em alguns coletivos se crie uma ilusão de participação, que é a ideia geral de que as pessoas estão participando, mas que efetivamente elas não estão:

Com efeito, a ideologia dominante objetiva manter a participação do indivíduo restrita aos grupos baseados em relações primárias, como o local de trabalho, a vizinhança, as paróquias, as cooperativas, as associações profissionais, etc., de modo a criar umas “ilusão de participação” política e social (BORDENAVE, 1986, p.29).

Em casos mais extremos, pode-se ter a sensação de um simulacro de participação, quando uma parte do coletivo cria e internaliza um vocabulário que propõe a participação, porém, efetivamente não seria o desejado por uma parte dos envolvidos: “A adoção de práticas participativas não está livre se servir à manipulação e ao controle do comportamento das pessoas. As pessoas podem ser induzidas a pensar que estão participando quando, na verdade, estão sendo manipuladas por interesses de grupos, facções partidárias, etc (LIBÂNEO, 2001, pp.117-118)

Para que haja participação efetiva, é preciso criar as condições para esta. Tais condições devem ser materiais (dispor das ferramentas necessárias para promover a participação), intelectuais (prover os participantes do coletivo de conhecimento necessário do contexto no qual estão atuando) e um ambiente que permita a integração de pessoas com objetivos comuns. Heloísa Lück sugere três escalas de importância na criação das condições para a participação: 1) promover a construção

coletiva das organizações; 2) possibilitar a aprendizagem de habilidades de participação efetiva; 3) desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições (LÜCK, 2008, p.26).

Na Colaborativa.PE, a construção coletiva da organização está em sua essência, no trabalho coletivo, na gestão de espaços em comum, na atuação em rede com outros coletivos ou mesmo em instâncias da gestão pública. Naturalmente essa construção precisa ser cultivada e aprimorada continuamente, porém, a adoção do trabalho colaborativo como premissa prevê que esse é o curso habitual do coletivo, que tenderá a ser ajustado caso em algum momento haja um desvio dessa orientação.

Na perspectiva de possibilitar a aprendizagem de habilidades de participação efetiva e de desenvolver o potencial de autonomia das pessoas e instituições, o uso da plataforma Corais como ferramenta de gestão é uma interessante referência para que a Colaborativa.PE coloque em prática esses objetivos. As formações promovidas pelo coletivo, além de seus ciclos no telecentro da Concha Acústica da UFPE e em espaços de gestão pública e eventos culturais, ficam todas registradas na plataforma, desde o material didático até os relatos dos encontros virtuais. Ferramentas como texto colaborativo, seção de sugestões e votação são fundamentais no estímulo à participação. O Corais dispõe também de uma árvore do conhecimento (corais.org/knowledge), que dispõe de alguns tutoriais orientando sobre as funcionalidades do ambiente virtual.

A autonomia dos processos é estimulada, uma vez que não se trata de processos descentralizados. Portanto, o colaborador tem a possibilidade de colaborar nos horários mais convenientes para si, podendo realizar outros projetos e objetivos de vida, além de poder participar virtualmente das reuniões, expressar suas ideias e implementar sua maneira de trabalhar.

Contudo, é preciso evitar a ilusão de participação. A presença nos ambientes virtuais é elemento importante no dia a dia do coletivo, porém, não é um fim em si mesmo. Inclusive corre-se o risco de criar uma ilusão de que se está participando quando, na realidade, nem sempre as tarefas estão sendo realizadas da maneira desejada. Para trazer um caráter mais objetivo à construção coletiva, uma das possibilidades é sistematizar as experiências (<http://corais.org/colaborativape/node/83468>). A sistematização das experiências não é somente uma tarefa de registrar tal acontecimento:

A sistematização de experiências vai além do registro. É o resultado das interpretações vivenciadas sob ângulos e perspectivas a partir de diferentes visões da realidade; é a ideia de organizar dados sobre as experiências de forma complexa, que necessita ser aberta e flexível para se adequar aos objetivos a que ela se propõe como construção coletiva, pressupõe a elaboração de um roteiro para executar um planejamento com os grupos; é um processo que organizamos, juntamos, registramos, refletimos, pensamos, revisitamos a experiência, o trabalho coletivo; é

uma forma de registro sistêmico de experiências de interesse pessoal, coletivo e profissional; é um processo de organização de acontecimentos ligados a uma experiência; é o conhecimento organizado de alcance coletivo (DUBAUX, *et.al.*, 2012, p.44).

Portanto, participar impele as pessoas a estarem ativas nos processos e a tomarem decisões em nome do coletivo. Decisões coletivas implicam responsabilidade para assumir tarefas e dar conta de um trabalho no sentido de atingir os objetivos tidos como comuns. Daremos ênfase a partir daqui à dimensão pedagógica dos processos de apropriação e autonomia, pois é adquirindo habilidades e entendendo o contexto em que está trabalhando que o indivíduo consegue de fato se desenvolver no coletivo e participar plenamente da organização.

III - 3 - Formação

A questão da formação é bastante importante na gestão dos projetos colaborativos. O cotidiano de trabalho faz com que se aprenda fazendo e se faça aprendendo, todavia, um cronograma racional de processo formativo dos quadros é extremamente importante, tanto do ponto de vista do trabalho do coletivo quanto da própria rede, no caso da Colaborativa.PE.

Partimos do pressuposto de que os dois pilares da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, a utilização de *softwares* livres e a Economia Solidária, são processos que vão de encontro à racionalidade hegemônica que apregoa a utilização de *softwares* proprietários com *hardwares* cada vez mais robustos, com transparência de dados de usuários de um lado e segredo sobre os códigos-fonte de outro. O mesmo ocorre com a Economia Solidária, que se opõe à economia do lucro, da mais-valia, do individualismo.

A partir de então, quando se propõe a trabalhar com produção comunitária, ofertando alternativas tecnológicas e econômicas, requer uma capacitação para que haja apropriação tecnológica e conhecimento do contexto social e econômico para atuar em uma lógica contra-hegemônica: “A formação socioprofissional implica tanto uma formação específica, que diz respeito a cada empreendimento solidário, quanto uma formação geral, que diz respeito à necessidade de entender o empreendimento solidário num certo contexto, numa perspectiva de cooperação comunitária” (GADOTTI, 2009, p.66).

As capacitações oferecidas pela Colaborativa.PE têm como público-alvo, além de seus próprios quadros que são estimulados a serem “multimídia”, ou seja, que desenvolvam várias habilidades na produção cultural, outros pontos de cultura ligados à rede estadual de pontos de cultura, produtoras colaborativas que desejam aprimorar sua atuação, estudantes e população em

geral. A própria sistematização das reuniões e o registro das tarefas na plataforma Corais, torna-se ferramenta pedagógica no sentido de ter o registro das ações.

Os cursos têm foco nas áreas de jornalismo colaborativo, *design*, captação e mixagem de áudio, captação e edição de imagens, fotografia e gestão em Economia Solidária. Com esses módulos, ficam contempladas várias das habilidades necessárias para atuar na produção cultural comunitária e para aquelas que desejam empreender de acordo com os princípios da autogestão e da Economia Solidária; o módulo de gestão é o que contempla essa necessidade.

Portanto, são cursos que estimulam o uso de ferramentas livres, que aproveitam o equipamento que o capacitado tem disponível (pois os *softwares* livres operam em máquinas menos robustas) e insere o estudante em atividades práticas. Caso este não faça parte de algum coletivo, no qual consiga desenvolver suas habilidades, ele pode fazê-lo nos próprios eventos promovidos pela Colaborativa.PE, vivenciando um processo de formação continuada.

As formações promovidas pela Colaborativa.PE possuem forte conexão com a extensão universitária, uma vez que a ocupação da Concha Acústica da UFPE se dá a partir de um edital promovido pela PROEXT, cujas ações foram executadas dentro do espaço da Universidade, englobando entre seus beneficiários a comunidade acadêmica e os moradores dos bairros localizados no entorno da UFPE.

Trata-se de uma gestão que, nas quatro dimensões apresentadas (autogestão, cooperação, participação e formação), desenvolve tecnologias e organiza sua atuação no sentido de mobilizar os recursos disponíveis em cada localidade, para que se tenha uma atuação autônoma em cada contexto em que é praticada a produção cultural comunitária.

Após apresentar as metodologias de gestão, nos dedicaremos no próximo capítulo a evidenciar como viabilizar economicamente esses processos, não só de uma economia dos recursos materiais, mas também de uma economia do intangível em termos de valor, no que a institucionalidade dos processos é fator importante para a realização dos projetos e continuidade dos coletivos.

III- 4 - Institucionalidade: redes de apoio mútuo

A institucionalidade no contexto da produtora Colaborativa.PE pode ser identificada em diversos âmbitos de sua atuação, seja quando ela é contratada por prefeituras municipais, pelo Governo de Pernambuco ou quando concorre a editais públicos do Governo Federal, seja pelo terceiro setor, quando concorre a prêmios de agências de fomento, ampliando uma atuação que se

estabelece entre a formalização de suas atividades e a consolidação enquanto organização que atua legitimamente na sociedade.

Contudo, o aspecto de institucionalidade que mais tem se mostrado eficaz no cotidiano da produtora Colaborativa.PE são as redes de apoio mútuo. Essas redes são constituídas de coletivos com perspectivas de sociedades e aspirações em comum que estão inseridas nos campos da cultura, da Economia Solidária e das tecnologias livres, setores que fazem parte do escopo de atuação da Colaborativa.PE.

A formação de redes de solidariedade são práticas importantes para a Economia Solidária, no sentido de criar circuitos curtos, proporcionar a troca de saberes, produtos e serviços, além de ajudar a institucionalizar as ações dos coletivos. A proposta de redes de colaboração solidária “é uma estratégia que tem sua origem em práticas dos oprimidos e dos sujeitos solidários que se posicionam em favor dos justos anseios das classes populares e que para elas se volta com a finalidade de aprimorá-la, como práxis de libertação popular” (MANCE, 2002, p.27)

A Economia Solidária implica a construção desses laços, recordando-nos que, através de uma rica diversidade, todos estamos ligados — como membros da sociedade, integrantes de um ecossistema e, potencialmente, como criadores de um novo paradigma de vida econômica, que repousa na cooperação e na solidariedade, bem como na individualidade e na liberdade:

eticamente as redes de colaboração solidária promovem a solidariedade, isto é, o compromisso pelo bem-viver de todos, o desejo do outro em sua valiosa diferença, para que cada pessoa possa usufruir, nas melhores condições possíveis, das liberdades públicas e privadas. Desejar a diferença significa acolher a diversidade de etnias, de religiões e credos, de esperanças, de artes e linguagens, em suma, acolher as mais variadas formas de realização singular da liberdade humana que não neguem as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Promover as liberdades significa garantir às pessoas as condições materiais, políticas, informativas e educativas para uma existência ética e solidária (MANCE, 2002, pp.245-246).

Ao compartilhar dessa premissa, a produtora Colaborativa.PE participa de algumas redes de solidariedade, em âmbito territorial e nacional, as quais as mais destacadas são: o movimento Conch@tiva, a rede estadual de pontos de cultura e a rede nacional de produtoras culturais colaborativas.

As ações realizadas em torno dos coletivos que colaboram com o movimento Conch@tiva se constitui hoje um APL de cultura, composto pela produtora Colaborativa.PE, pelo ponto de cultura Coco de Umbigada, pontão de cultura digital iTEIA, coletivo Tear audiovisual, Movimento

Cultural da Várzea, CUCA Recife, CRC/Marista de Educação e pela ONG Gestos. São identificados APLs quando existem:

[...] aglomerações espaciais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas que apresentam vínculos e interdependência. Geralmente envolvem a participação e interação de empresas e suas variadas formas de representação e associação. Envolvem, também, diversas instituições públicas e privadas voltadas para: formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento. A participação e a interação das empresas podem ser desde produtores de bens e serviços finais até fornecedores de insumos e equipamentos, prestadores de consultoria e serviços, comercializadoras, clientes, entre outros (PIRES e VERDI, 2009, p.94).

A consagração desse APL de cultura foi a contratação da Colaborativa.PE para fazer a cobertura da 7ª Conferência Nacional de Arranjos Produtivos Locais em Brasília, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), além da participação da Colaborativa.PE na ação Territórios Culturais, do MinC, que deu maior destaque aos projetos contemplados em edital público de 2013, totalizando 18 APLs com ênfase em cultura e economia criativa.

A rede, além da ocupação da Concha e da ressignificação do espaço conforme já citado, promove eventos nos territórios, como o Festival de Inverno da Várzea, o cineclube CineMAC Tear, no Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco (MAC), em Olinda, a Sambada de Coco de Umbigada. A rede oportuniza estruturalmente os equipamentos culturais, por exemplo, o CRC/Marista doa e recondiciona os *kits* telecentro à Colaborativa.PE para que esta ofereça os cursos de formação. O pontão de cultura digital iTEIA faz o papel de repositório de conteúdos produzidos pela rede, como vídeos, áudios e notícias de *shows*, debates, palestras, formações. Espaços públicos como o MAC são também utilizados para eventos e formações.

A rede estadual de pontos de cultura opera na mesma lógica, contudo, com uma característica de aprimorar a representatividade política dos pontos de cultura no Estado. Portanto, essa rede é responsável por propor e pressionar o poder público por políticas culturais e aperfeiçoamento da Lei Cultura Viva (nº 13.018, de 22 de julho de 2014, *in* <http://www.cultura.gov.br/cultura-viva1>), que institucionaliza a Política Nacional de Cultura Viva.

A rede nacional de produtoras culturais colaborativas atua no desenvolvimento da Tecnologia Social dos coletivos que a utilizam. Ações em conjunto são promovidas por essa rede, como o I Encontro Sul de Produtoras Culturais Colaborativas, que integrou a programação do Festival Internacional do *Software* Livre (FISL), em 2015, e dos dois encontros nacionais: na

incentivam a atuação dos empreendimentos, garantindo visibilidade tanto ao poder público quanto ao público-alvo das ações, ratificando sua atuação nos territórios e a expandindo para ações inter-regionais.

CAPÍTULO IV – Produtoras culturais colaborativas e Colaborativa.PE a serviço do Desenvolvimento Local: algumas avaliações

Descrevemos nos capítulos anteriores a caracterização do nosso objeto de estudo, em qual campo de estudo ele está inserido, quais suas principais ações e as noções teóricas basilares que orientam a análise que foi feita nessa seção de resultados e discussões. Esta análise nutriu-se dos instrumentos e métodos apresentados no capítulo 2 (metodologia).

O roteiro de análise terá a seguinte sequência: identificar as principais dimensões que constituem um empreendimento da Economia Solidária, a sustentabilidade que desemboca em um tipo de economia plural, seus rebatimentos para o Desenvolvimento Local e, por fim, a estruturação decorrente desses processos.

IV - 1 - Dimensões dos empreendimentos da Economia Solidária

As pesquisas que têm como objeto de estudo os empreendimentos que trabalham sob os pilares da Economia Solidária em geral tentam articular dimensões muito próximas, por vezes idênticas na nomenclatura, a estas que vamos privilegiar neste estudo. Contudo, trabalharemos com as concepções encontradas nos trabalhos de Carvalho (2003) e França-Filho e Reis (2005) por entender que esses se adequam mais diretamente à análise que desenvolvemos neste espaço: jurídico-econômica; político-administrativa; psicossocial (CARVALHO, 2003) e econômica; sociocultural; política e gestão (FRANÇA-FILHO E REIS, 2005). Carvalho (2003) define essas dimensões como:

a) Dimensão jurídico-econômica

A análise dos aspectos jurídico e econômico se dá mutuamente em função da correlação entre a estrutura normativa da primeira e da função dinâmica da segunda, havendo uma interdependência de ambas na estruturação dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES). É justamente esta interdependência e sua influência na possibilidade de se alcançar a autogestão que tem que ser levada em conta na análise da sustentabilidade do EES (CARVALHO, 2003, p.251).

b) Dimensão político-administrativa

“Engloba as diversas formas de exercício do poder e do controle, assim como a organização do trabalho e a gestão implicada” (CARVALHO, 2003, p.251).

c) Dimensão psicossocial

Engloba todo o grupo de relações e interações intersubjetivas que se estabelecem entre os trabalhadores e entre eles e o EES, seu modo de gestão e de execução do trabalho. Esta dimensão engloba também as construções intersubjetivas dos significados e identificações coletivas, que não são apreensíveis diretamente, mas pelos seus efeitos no psiquismo dos sujeitos. Fazem parte deste campo de análise a ‘construção do entendimento coletivo’ (CARVALHO, 2003, p.251).

No que diz respeito à abordagem de França-Filho e Reis (2005, p.04), no quadro 1 fornecem não só as dimensões colocadas pelos autores, como os componentes e indicadores ligados a cada uma delas:

Quadro 1 – Dimensões dos empreendimentos da Economia Solidária

DIMENSÃO	COMPONENTES	INDICADORES
Econômica	Mercantil	Venda Produtos/Serviços
	Não mercantil	Subsídios governamentais (nível institucional)
		Subsídios não governamentais (nível institucional)
		Doações monetárias (nível individual)
	Não monetário	Trabalho voluntário
		Doações não monetárias
Práticas recíprocitárias (ações comunitárias, mutirões, formas de troca/dádiva)		
Sociocultural	Construção do vínculo associativo	Padrão de sociabilidade
		Grau de coesão social
Política	Nível interno	Grau de democracia interna
		Grau de comprometimento
	Nível institucional	Existência de ação pública
		Nível de articulação em redes
		Grau de autonomia institucional
Gestão	Infraestrutura	Acesso a meios de produção
		Acesso a tecnologias gerenciais
		Acesso a espaço físico

	Conhecimento	Habilidade técnica
		Habilidade gerencial
		Formação geral (sociopolítica)

Fonte: França-Filho e Reis (2005, p.04)

Nos parece possível a articulação entre a escala teórico-filosófica da perspectiva de Carvalho com a escala científico-operacional de França-Filho e Reis. Em Carvalho, são apresentadas em termos mais gerais e filosóficos as dimensões a) jurídico-econômicas, b) político-administrativas e c) psicossocial. Considerando as questões da estrutura normativa do jurídico, da dinâmica da economia, do exercício do poder e controle inseridos na gestão, das relações e interações intersubjetivas que constroem o entendimento coletivo, todos em relação de interdependência, as dimensões aqui sugeridas parecem ter como fim e ideal a prática da autogestão.

Esta abordagem filosófica, se relacionada com as quatro dimensões sugeridas por França-Filho e Reis — que fazem seu recorte nas dimensões: econômica, sociocultural, política e de gestão —, nos permite perceber que há alguns termos em comum. Contudo, a tabela de França-Filho e Reis nos aproxima dos recursos materiais e simbólicos que são mobilizados em cada dimensão no cotidiano dos EES.

No que concerne à estrutura normativa do jurídico, é mais adequado para a nossa análise abordá-la não como ela funciona em termos burocráticos, pois, conforme constatamos durante a pesquisa entre os coletivos que se apropriam da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, há uma diversidade de identidades jurídicas que não define exatamente as suas formas de atuação. Esta passagem da entrevista com Pedro Jatobá é ilustrativa nesse sentido:

O objetivo de federar, de dar apoio a essas redes era dar apoio às produtoras iniciantes, que elas tivessem as produtoras mais ‘calejadas’ para ajudar na metodologia a ser implementada e adaptada, pra gente aprender juntos e também pra gente agregar valor aos produtos de quem está começando. ‘Eu estou começando, não sei editar ainda em *software* livre, com qualidade, mas eu sei filmar’, você pode vender filmagem e edição na sua cidade. E a edição vai ser feita por produtoras que já sabem editar, seja em Porto Alegre, seja no Recife. A gente vai segurando a onda, e você vai se capacitando em edição, vai começando só com corte seco, vai aprendendo a fazer algumas coisas. Quando você tiver 100% autônomo, você já vai pegar o serviço completo, você já vai poder entrar hoje no mercado e atuar, porque você tem gente que te dá apoio. Você manda o bruto pela *internet*, a gente baixa, Eduardo edita, manda de volta. Então eu acho que a rede permite que um grupo que está começando já comece com *know-how*, com ‘bagagem’, já vai poder mostrar o portfólio da Colaborativa.PE pra vender e dizer: ‘Olha, a galera que vai editar edita isso aqui, quer contratar?’. Então permite uma

ação em rede mais efetiva mesmo, começa de fato a atuar. E beneficia a produtora Colaborativa.PE também, que ganha mais trabalho fora do Recife (JBA, p.12).

Assim, podemos perceber que um mesmo serviço, por conta da articulação em rede, pode ser prestado, em suas diferentes etapas, por diferentes personalidades jurídicas, não sendo essa identidade, portanto, que define a forma de atuar desses coletivos, mas, sim, seu modo de gestão. Relacionando com França-Filho e Reis, os componentes da gestão são: Infraestrutura (cujos componentes são acesso aos meios de produção, a tecnologias gerenciais e a espaço físico) e Conhecimento (cujos componentes são habilidades técnica e gerencial e formação geral sociopolítica).

O acesso aos meios de produção e às tecnologias gerenciais é garantido pela transparência da gestão e possibilidade de atuação, operadas na utilização da plataforma Corais, na qual todos podem participar e registrar os seus processos. O acesso a um espaço físico é mais móvel, ora sendo executado na Concha Acústica da UFPE, ora na sede do Instituto Intercidadania, ou mesmo remotamente pelos colaboradores onde quer que eles estejam, pois a plataforma Corais também propicia certa independência com relação a espaços físicos.

No que concerne ao conhecimento, todas as atividades formativas e a própria dinâmica de atuação da Colaborativa.PE geram um ciclo continuado de planejar, construir, sistematizar os processos, que em si capacita os participantes, no próprio cotidiano da organização. As formações periódicas também ajudam a refletir e concretizar alguns dos conhecimentos.

Portanto, a dimensão jurídico-normativa se solidifica nas metodologias de gestão praticadas pela organização. Outro ponto que chama a atenção na perspectiva de Carvalho é a do exercício do poder e controle inseridos na gestão, que parece se relacionar com a dimensão política na concepção de França-Filho e Reis; vejamos seus componentes (Nível Interno e Nível Institucional) e indicadores (Grau de democracia interna e Grau de comprometimento; Existência de ação pública, Nível de articulação em redes, Grau de autonomia institucional) respectivamente.

No que concerne ao Nível interno, em que estão situados os indicadores Grau de democracia interna e Grau de comprometimento, a Colaborativa.PE se vê diante de cenários distintos. O Grau de democracia pode ser medido pelas possibilidades e ferramentas de participação, bem como pela transparência nos processos. Com reuniões abertas, não só com presença de participantes fisicamente presentes, como também de participantes *online*, o processo de tomada de decisão coletiva é composto de metodologias que propiciam a participação, conforme o exposto na seção III - 2. A transparência nos processos também confere alto grau de democracia,

uma vez que todas as ações ficam documentadas na plataforma Corais, inclusive os extratos de todas as movimentações financeiras do banco comunitário.

O Grau de comprometimento dos participantes é um desafio que a falta de uma cultura autogestionária na sociedade imputa à Colaborativa.PE e a vários EES. A possibilidade de trabalhar de maneira remota e a ausência de hierarquia dentro da organização favorecem uma participação ativa e democrática, porém, também precisa ser bem organizada para que não se torne motivo de dispersão. Eduardo Lima ilustra a questão:

É um processo de desafio constante, porque as pessoas estão muito acostumadas a ter um patrão. A galera tem muito esse costume, espera receber ordem. A maioria não tem essa experiência de ter um espírito de mais proatividade, empreendedorismo, nem todo mundo tem esse perfil. Às vezes fica um olhando pro outro, esperando alguém que tenha esse espírito mais proativo pra puxar uma ação, e isso é um processo de amadurecimento, que às vezes demora e é uma construção coletiva mesmo. A gente trabalha com autogestão, mas a gente não consegue 100% que todos participem de tudo. Às vezes as coisas se concentram em algumas pessoas, aí fica pesado. Isso a gente ainda tá buscando, essa colaboração constante das pessoas que fazem parte do coletivo é algo a ser conquistado ainda (EDL, p.04).

O depoimento de Pedro Jatobá reforça as dificuldades da autogestão:

Eu acho que cada produtora colaborativa é um mundo, e é difícil a gente dizer que gestão flui igual. A gente tem metodologias de gestão para a autogestão de produtoras colaborativas, de transformar uma *lan house* em uma produtora onde todo mundo ali gerencia o espaço, é remunerado em moeda social, tem voz na reunião, pode ir no Corais, no campo de sugestões, e dar ideias a qualquer hora do dia e da noite livremente, a gente tem metodologia pra tudo isso. Agora isso varia e é muito diretamente ligado às pessoas, aos seres humanos que estão implementando aquela Tecnologia Social em um determinado território (JBA, p.13).

Outro fator que mina o grau de comprometimento da produtora é a rotatividade de participantes. Alguns que passam a empreender com a Colaborativa.PE são ex-alunos das formações, estudantes da UFPE, servidores, membros de coletivos parceiros. No entanto, a falta de um contrato de trabalho e de uma remuneração fixa, mensal, acaba por fazer com que algumas pessoas se desliguem do coletivo, uma vez que trabalhar algum período sem remuneração acaba ocorrendo, quando não se consegue vender serviços ou quando editais e parcerias públicas demoram a repassar as verbas, ou muitas vezes até cancelam esses pagamentos.

Já o Nível institucional é avaliado pelos indicadores: Existência de ação pública, Nível de articulação em redes, Grau de autonomia institucional. A Existência de ação pública é definida pelos autores como “um indicador que tem por objetivo possibilitar a análise sobre a atuação da iniciativa no espaço público em que se situa e o reflexo na sustentabilidade. Diz respeito a sua capacidade em promover uma intervenção pública no seu meio ambiente territorial” (FRANÇA-

FILHO E REIS, 2005, p.06). As atividades da Colaborativa.PE, tanto no espaço da UFPE quanto nos bairros do entorno da Universidade, conferem a existência de ação pública e propõem ao território uma sustentabilidade, uma vez que propõem ferramentas de formação e trocam serviços com a comunidade, inclusive em moedas sociais. Ou seja, são ações em um espaço de instituição pública, a UFPE, e ações no espaço público aberto à população dos bairros do entorno.

O nível de articulação em redes parece bastante alto, uma vez que se percebe a existência de articulações locais, com o APL em torno do movimento Conch@tiva, a articulação com os pontos de cultura de Pernambuco, bem como articulações nacionais como a rede nacional de produtoras culturais colaborativas.

O grau de autonomia institucional pode ser considerado alto, ao observarmos que, em cerca de seis anos de atuação, a produtora Colaborativa.PE tem atuado sob os conceitos basilares da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas. A utilização de *softwares* livres liberta o coletivo da imposição econômica e ideológica dos *softwares* proprietários; a Economia Solidária prevê a atuação em outra racionalidade diferente da lógica capitalista dominante; as várias articulações geram uma coesão entre projetos que buscam autonomia e independência dos mercados. Os aportes financeiros provenientes do poder público são importantes, e a sua ausência é muitas vezes um entrave para a autonomia do grupo, até porque os processos nos EES são uma concertação entre diversos agenciamentos. Contudo, a constância da ação do coletivo, resistindo a esses fatores, denota um grau de autonomia considerável à Colaborativa.PE.

O processo de formação continuada que leve a uma consciência do papel da produtora e do atuar coletivamente pode ser o caminho para que se prossiga atuando nela. Seria o que Carvalho (2003) chama de *relações e interações intersubjetivas que constroem o entendimento coletivo*, na dimensão que ele denomina por *psicossocial*, o que podemos relacionar, na perspectiva de França-Filho e Reis (2005), com a dimensão sociocultural, cujo componente é a *construção do vínculo associativo* e cujos indicadores são o *padrão de sociabilidade* e o *grau de coesão*.

Como essa dimensão parece apresentar um nível de abstração maior, cabe esclarecer como os autores a conceberam:

O padrão de sociabilidade diz respeito ao tipo de sociabilidade presente no empreendimento, visando observar se é mais secundária (impessoal), mais primária (pessoal, comunitária), ou um misto das duas, e a sua influência na sustentabilidade. Outro indicador para análise é o grau de coesão social, pois é possível que a coesão social interfira na dinâmica interna da organização, com reflexos no processo produtivo interno e no empenho dos trabalhadores (FRANÇA-FILHO E REIS, 2005, pp.4-5).

Portanto, auferimos que, no que diz respeito ao padrão de sociabilidade, a Colaborativa.PE apresenta um caráter mais primário, pela proximidade com a comunidade acadêmica e com os moradores do bairro do entorno da UFPE. O vínculo associativo é alicerçado pelas relações de proximidade, uma vez que a Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas se preocupa em agir nas contingências locais. O grau de coesão entre aqueles que trabalham nos projetos executados pela produtora costuma ser alto, uma vez que a identidade com os projetos é, em geral, mais atrativa que o seu retorno financeiro ou retorno de *status*. As deserções geralmente ocorrem pelos motivos que citamos quando falamos do grau de comprometimento, parágrafos acima, mas dificilmente por não estar em sintonia com os ideais do coletivo.

Na dimensão econômica dos EES, Carvalho atrela o econômico ao jurídico:

A análise dos aspectos jurídico e econômico se dá mutuamente em função da correlação entre a estrutura normativa da primeira e da função dinâmica da segunda, havendo uma interdependência de ambas na estruturação do EES. É justamente esta interdependência e sua influência na possibilidade de se alcançar a autogestão que tem que ser levada em conta na análise da sustentabilidade do EES (CARVALHO, 2003, p.251).

Concordamos com esta proposição uma vez que a gestão dos processos implementados pela Colaborativa.PE de fato está diretamente relacionada a sua autogestão, a sustentabilidade econômica do coletivo está diretamente atrelada a esta lógica. Inclusive a resiliência da produtora, quando existe a falta de relações mercantis satisfatórias para a sustentabilidade dos membros, é fruto de sua atuação autogestionária. A dimensão econômica na concepção de França-Filho e Reis, a qual nos propusemos a relacionar com a de Carvalho, compreende os componentes *mercantil* (cujo indicador é a venda de produtos e serviços), *não mercantil* (que tem como indicadores *subsídios governamentais*, *subsídios não governamentais* e as *doações monetárias*) e *não monetário* (que abarca os indicadores *trabalho voluntário*, *doações não monetárias* e *práticas recíprocitárias*).

No que concerne às relações de cunho *mercantil*, a Colaborativa.PE dispõe de serviços na produção audiovisual que estão disponíveis para a contratação de cidadãos e empresas. Contudo, várias dessas negociações se dão no contexto de desenvolver mutuamente os empreendimentos, aproximando-se mais das *práticas recíprocitárias*, indicador no componente *não monetário*. As vendas de produtos e serviços ocorrem com mais frequência com contratantes dos poderes públicos municipal, estadual e federal, identificadas com o indicador *subsídios governamentais*, presente no componente *não mercantil*. As relações não mercantis com agentes *não governamentais* ocorrem com menos frequência, mas podem ser exemplificadas por parcerias como a feita com o festival

Expoidea. As *doações monetárias* não são algo comum no nível de doação que se faz comumente às EES. É mais comum que membros do coletivo cubram alguma despesa pontual da produtora, sem expectativa de reaver esse valor, do que uma doação em moeda corrente.

Analizamos como as práticas da Colaborativa.PE podem ser observadas sob a luz dos exercícios teóricos feitos por Carvalho (2003) e França-Filho (2005), que pesquisaram as dimensões que compreendem a atuação dos EES. Percebemos que todas as dimensões têm rebatimento uma na outra e representam uma complexa estruturação. Mirando o enfoque na dimensão econômica, foi possível perceber que a Colaborativa.PE, ao travar diversas modalidades de relações econômicas, pode ser identificada com o que alguns autores denominam de *economia plural*, a ser aprofundada a seguir.

IV - 2 - Sustentabilidade da Colaborativa.PE na perspectiva da Economia Plural

Operar com uma nova racionalidade econômica nas perspectivas da autogestão é o objetivo que permeia a atuação dos EES. Contudo, sabemos que a sociedade como um todo, tanto os indivíduos quanto as instituições afirmadas por eles, funciona sob o modo de produção capitalista, competitivo, centralizador e individualista. Portanto, é praticamente impossível, dentro deste contexto, prover a sustentabilidade dos empreendimentos sem ter qualquer relação com algum ente que funcione sob a lógica capitalista. Ao aprimorarem essa reflexão, os autores Gaiger e Laville esboçaram a noção de *economia plural*, explicitada na seção I - 3.

Conforme verificamos na dimensão econômica, a produtora Colaborativa.PE lança mão de várias modalidades de relações econômicas para conseguir realizar seus projetos. Se considerarmos, segundo Gaiger e Laville (2009, p.166), os três tipos de recursos que eles mencionam: *aqueles provenientes da reciprocidade entre os membros, exercida via prestações ao coletivo livres de contra-partidas; os recursos públicos, angariados do Estado com fundamento no princípio da redistribuição; e os recursos do mercado, obtidos nas relações de troca*, teremos fartos exemplos na Colaborativa.PE que denotam ações com essas características.

Como exemplo de ações provenientes da reciprocidade entre os membros, o tempo todo existem troca de conhecimento e relações de ajuda mútua. Na ocupação da Concha Acústica da UFPE, alguns mutirões foram realizados para a organização do espaço. Esse espaço estava se deteriorando por falta de uso por alguns anos e foi preciso uma ação coletiva entre membros da Colaborativa.PE, estudantes e servidores para deixar o local novamente em condições de uso. Posteriormente foi criada uma tabela de ofertas e uma de demandas do coletivo para balizar trocas

via moedas sociais entre os indivíduos, que incluiu o mapeamento da área verde no entorno da Concha Acústica. A partir de então, os membros que adotassem uma dessas áreas verdes receberiam em Conchas. Contudo, os primeiros mutirões e alguns outros já com o funcionamento da moeda social Concha tiveram a participação de membros que o fizeram sem contrapartida. A fala a seguir exemplifica esse tipo de reciprocidade:

Essa coisa de você ter o seu conhecimento e poder se agrupar com outra pessoa, você não vai cobrar uma grana pro cara, o cara não vai cobrar uma grana pra você, aprender com o cara é o que você ganha, o cara aprende contigo o que ele quer. Além de você estar trabalhando, na Economia Solidária você está trabalhando com pessoas e mercados que não são hegemônicos, seja o cara que vende o mel de abelha, seja o cara que tem uma cerveja que não tenha milho transgênico. Você consegue ser um cara de qualquer serviço ou produto que acaba não tendo tanta abertura de mercado. E aí você acaba, na Economia Solidária, tendo a possibilidade de criar várias redes de consumo, onde além de ter a possibilidade de fazer a troca com a pessoa especificamente, um “toma lá, dá cá”, você também vai divulgar o produto da galera que acaba não tendo acesso aos mercados. E que também são produtos que sempre, de uma maneira ou outra, estão sendo beneficiados na sociedade, seja desde a sua concepção, seja um milho que você planta, que é orgânico, seja um serviço que você faz e pode trocar por um produto, eu acho que é massa (SBR, p.114).

EUG faz uma leitura parecida da reciprocidade na Colaborativa.PE:

Eu acho massa isso que os meninos fazem, o trabalho com colaboração e moeda social, tentando mostrar que você consegue, de uma certa forma, ter uma independência do sistema, baseado na colaboração que cada um pode dar [...] o que a Colaborativa.PE propõe é um microsistema desses, onde haja capacitação, colaboração, moeda social, que faz com que as pessoas consigam criar um ambiente ou um ciclo onde elas troquem os saberes, até matérias-primas, ou uma forma de as pessoas sobreviverem ali (EUG, pp.24-25).

Sobre os recursos públicos, a Colaborativa.PE foi fomentada por alguns deles durante esse tempo de atuação. São exemplos desse aporte, a prestação de serviços de formação para prefeituras, o projeto Pernambuco Nação Cultural em 2011 — que foi um festival que percorreu cidades do interior de Pernambuco com apresentações artísticas, no qual a produtora foi contratada para fazer a cobertura —, a cobertura do encontro de povos tradicionais pelo MinC em 2015, a cobertura da Conferência Brasileira de Arranjos Produtivos Locais, também em 2015, entre outros recursos públicos, ainda que alguns deles não tenham se concretizado ou tenham atrasado o repasse dos recursos.

No que diz respeito aos recursos com o mercado, em sua maioria são operações com o mercado local dos bairros do entorno da Várzea, que algumas vezes se dão de maneira não monetária também. Contudo, os insumos para a produção audiovisual são bastante caros, e não há

fabricação livre deles ou quem os negocie com operações recíprocitárias. Computadores, placas de áudio, placas de vídeo, máquinas fotográficas, impressoras, HDs, filmadoras, equipamento de som para *shows*, projetores, todos estes insumos precisam ser adquiridos no mercado formal com empresas que concorrem no mercado capitalista.

Por esse motivo, a Tecnologia Social até procura minimizar essas necessidades. Os *softwares* livres, por exemplo, por exigirem menos dos *hardwares*, fazem com que estes durem mais, o que garante a sobrevivência deles por mais alguns anos; parcerias com coletivos como CRC/Marista também permitem a manutenção de alguns equipamentos. Portanto, a requalificação e o uso de tecnologias permitem a utilização menos descartável dos recursos materiais que ajudam na sustentabilidade dos EES.

Essas práticas somadas a ações articuladas no local podem diminuir o número de produtos a serem adquiridos no mercado formal, para que, em vez de se trabalhar com referência na escassez, faça florescer o paradigma da abundância:

Sobre o paradigma da abundância, o preço não se regula pela escassez, mas pelo valor de reposição da rede, sendo ajustado democraticamente pelos participantes. Trata-se de alcançar um preço justo, o que implica considerar solidariamente outros elementos além de custos produtivos e margens de excedentes, visando promover o bem-viver de produtores e consumidores (MANCE, 2002, p.117).

Podemos então constatar que, para permanecer atuando sob os preceitos éticos da economia solidária (CORAGGIO, 2015, pp.77-79), e ao mesmo tempo buscar prover algumas das necessidades materiais de seus integrantes, a Colaborativa.PE se insere em práticas compatíveis com a economia plural, essa concepção híbrida de sustentabilidade que contempla diversas modalidades econômicas. Ainda que se tenha que buscar insumos e serviços no mercado formal, a ideia de alocar os recursos de maneira solidária e gerir o empreendimento de maneira autogestionária não é abandonada pelo coletivo, que procura tecer mais relações de reciprocidade para acumular cada vez mais processos autônomos.

A atuação no território tem se mostrado uma alternativa interessante para que os agentes promovam a igualdade e a justiça nas relações econômicas dentro da sua localidade. São ações que podemos denominar de práticas para o Desenvolvimento Local, que serão melhor destrinchadas a seguir.

IV - 3 - Ações da Colaborativa.PE para o Desenvolvimento Local

No capítulo I, demarcamos qual definição da noção de Desenvolvimento Local era adequada para esta pesquisa, trabalhamos os consensos em torno de quais ações podem ser consideradas ações em prol do Desenvolvimento Local e elencamos algumas participações da Colaborativa.PE, sobretudo no movimento Conch@tiva, no Desenvolvimento Local do território do entorno da UFPE. Pretendemos, nesta seção, aprofundar a análise dessas ações em torno das questões: Que tipo de recursos (materiais e simbólicos) são mobilizados pela Colaborativa.PE? Quais as metodologias utilizadas para tal mobilização? E quais os resultados efetivos desta atuação?

Caracterizemos de início o território de atuação da Colaborativa.PE. Por estar instalada dentro da UFPE, os departamentos, a institucionalidade da Universidade, as pró-reitorias são áreas de interação com a produtora. Depois podemos perceber os bairros do entorno, sobretudo Cidade Universitária e Várzea. Por influência da presença da UFPE, esses bairros possuem muitos frequentadores temporários, que vêm diariamente só para frequentar o *campus*, ou que se estabelecem por alguns anos, até completar seus objetivos acadêmicos e regressar às cidades de origem. Contudo, são bairros antigos com uma efervescente vida social e rica variedade de tradições culturais.

Ao promover eventos e cursos de formação na Concha Acústica, a Colaborativa.PE conseguiu trazer para o seu espaço os debates sobre a cultura popular, a Economia Solidária e o uso de *softwares* livres para o ambiente da Universidade, se constituindo como atividades complementares para estudantes, professores e técnicos, criando proximidade com a comunidade acadêmica, que aos poucos passou a operar com a moeda social Conchas e estabelecer relações comunitárias com os coletivos que passariam a constituir um APL de cultura no local.

A articulação com os agentes do entorno da UFPE se deu inicialmente ao levar os artistas dos bairros para se apresentarem na Concha Acústica. Foi assim com o mestre de coco Zé Lasca Vara e com a banda de *reggae* N`zambi. O mestre não apenas se apresentou no palco, como falou com o público presente, pois assim era a dinâmica do evento São Sambas, que levava artistas das sambadas de coco de Pernambuco mensalmente para a Concha. A banda de *reggae* N`zambi, uma das mais respeitadas do gênero no Nordeste, se apresentou várias vezes no espaço, inclusive conseguiu angariar fundos para realizar sua turnê nacional no ano de 2015. O movimento cultural da Várzea também passou a integrar o APL e participou de reuniões para planejar ações na UFPE e no bairro.

A atuação da Colaborativa.PE ultrapassou os limites da universidade e se expandiu para os bairros, através da bicicleta colaborativa. Um caixa instalado na bicicleta circulava pelo entorno da

UFPE divulgando os cursos e eventos promovidos pela produtora. Como resultado dessa interação com o bairro, a bicicleta passou a também divulgar os pequenos comércios do bairro, trocando publicidade por produtos, sobretudo alimentação, o que ajudava a manter a equipe trabalhando nos dois turnos na Concha. Essa relação inclusive oportunizou que novas trocas de serviços fossem realizadas, como aconteceu entre a Colaborativa.PE e o Restaurante Da Chita, conforme o relato de Pedro Jatobá:

A produtora Colaborativa.PE ofereceu e produziu para o [Restaurante] da Xita, *spot* de áudio, divulgação na comunidade através de rádio *bike*, criação de peças gráficas, compartilhamento de conteúdos em redes sociais, os *posts* que Joyce [dona do Restaurante da Chita] postava. Tudo isso foram serviços para promover o Desenvolvimento Local, para estimular um restaurante vegano no bairro da Várzea (JBA, p.16).

Outra parceria fruto da atuação da Colaborativa.PE no território foi a participação nas edições do FIV de 2015 e 2016. O FIV é um evento gratuito que ocorre nos arredores da principal praça do bairro da Várzea e agrega várias atividades, desde exibições de filmes até apresentação de artistas locais. O evento estimula a produção local, aumenta a autoestima dos moradores e ainda gera renda pela venda de produtos e serviços temporários no local. A Colaborativa.PE participa na divulgação e cobertura, além de fortalecer os laços de solidariedade com a comunidade, conforme atesta Eduardo Lima:

Conseguimos movimentar um pouco a economia local, porque tinham os ambulantes, o pessoal que vendia comida, cerveja, artesanato nos dias das ações na Concha, isso movimentou um pouco a economia do bairro. A gente também criou uma moeda social, acho que foi uma experiência superpositiva aqui na comunidade da Várzea a gente procurar envolver o comércio local com troca de produtos e serviços. Principalmente quando a gente começou a rodar com a rádio *bike*, que deu uma movimentada e até uma sustentabilidade para o empreendimento de alimentação, fizemos parceria com alguns restaurantes e lanchonetes aqui do bairro. Isso foi construído até chegar ao ponto de a comunidade e o movimento cultural da Várzea convidar a gente pra apoiar a realização do FIV. Participamos em 2015 como apoio e, em 2016, foi uma correalização da produtora Colaborativa.PE com a produtora Casa Nobre, que realiza ações na Várzea. Isso foi o resultado de um acúmulo de parcerias e credibilidade que não tem preço. É algo que é incomensurável, essa credibilidade que a gente conseguiu construir ao longo desses anos com a comunidade da Várzea (EDL, p.04).

Já a ocupação do casarão da Várzea foi uma ação protagonizada pelos moradores do bairro, pois este era um espaço abandonado, e os cidadãos desejam utilizá-lo como centro cultural. A Colaborativa.PE apoiou a ocupação, oferecendo capacitação em *web* rádio e levando apresentações artísticas no local, além de divulgar as ações, como ratificado por Pedro Jatobá:

A gente deu capacitação para alguns empreendimentos da Várzea. Inclusive algumas pessoas, que depois organizaram no casarão um movimento de ocupação, fizeram capacitações com a gente. George, Well são pessoas que receberam um pouco dos serviços que uma produtora pode promover para o Desenvolvimento Local, que é a capacitação, a gente fez isso também. Inclusive está saindo uma rádio lá [na ocupação do casarão da Várzea], que usa *software* livre, porque Well está participando. Tem muito material no iTEIA da ocupação do casarão, usam o acervo da gente, implementam, bem ou mal, um pouco da tecnologia também. Eu acho que isso também é um pouco do Desenvolvimento Local, as resistências locais, a ocupação do espaço público, não só nos empreendimentos, mas na gestão social do território. De alguma maneira, a produtora Colaborativa.PE, as tecnologias, as metodologias que a gente utiliza também estão presentes lá na ocupação do casarão. Eu toquei lá recentemente, no final do ano passado [2016], só músicas livres, só com *software* livre. Toquei com a rádio ciclo também, duas vezes botamos a rádio lá. Então são várias metodologias que acabam promovendo o Desenvolvimento Local na Várzea com a Colaborativa.PE, quando a gente está presente e atuante, fazendo as ações acontecerem (JBA, p.16).

Conforme as configurações de cada momento dessa atuação da Colaborativa.PE no mesmo território desde 2012, em determinado período a relação foi mais amena com a instituição UFPE, em outros mais conflitiva, momentos de trazer a população da Várzea para dentro da UFPE e momentos de expandir as ações para o bairro. O fato é que a produtora conseguiu construir um capital social (ABRAMOVAY, 2000) ao animar diversas atividades em prol do Desenvolvimento Local. Destacamos o papel do animador social no Desenvolvimento Local: “Vale salientar a necessidade de se pensar em torno do perfil de um animador ou animadora comunitária, sobretudo no que diz respeito ao processo de participação horizontal que o Desenvolvimento Local alternativo implica” (JESUS, 2003, p.75).

Portanto, sejam recursos materiais, sejam recursos simbólicos, a Colaborativa.PE agenciou diversos processos no bairro, de maneira a se colocar como sujeito do Desenvolvimento Local na UFPE e seu entorno. Esmiuçaremos na próxima seção essa mobilização de recursos a partir da teoria da estruturação de Anthony Giddens.

IV - 4 - A estruturação nas ações da Colaborativa.PE

Ao utilizarmos o termo *estrutura* na sociedade como um todo, podemos compreendê-lo como algo sólido, algo que perdura de alguma forma, que persiste no tempo. Já a abordagem de *estrutura*, nas ciências sociais, tem conotação epistemológica, no sentido de que esse termo se refere às estruturas da sociedade: a família, o Estado, a cultura, etc. A questão da estrutura suscita debates entre os teóricos da sociologia (DOMINGUES, 2008; GIDDENS e TURNER, 1999), se prevalece a estrutura sobre a ação individual ou se a ação individual é o que determina a estrutura.

Entendemos que a teoria da estruturação elaborada pelo sociólogo Anthony Giddens é o suporte teórico mais adequado para nosso recorte, pois é um exercício de tentar não priorizar nem a ação individual nem o determinismo da estrutura através do que o autor denomina por *estruturação*, em que tanto a estrutura das instituições, de certa maneira, pauta a ação dos indivíduos quanto os indivíduos através de diversos agenciamentos constituem os sistemas sociais. Essa estruturação ocorre ancorada pelos conceitos de *recursos* (mobilizados pelos agentes, podem ser alocativos e autoritários) e *agência* (que é realizada pelos agentes no momento da ação e provoca as mudanças no sistema social), conforme a ilustração da figura 9.

Figura 09 – Esquema estruturação Giddens



Fonte: O autor. Inspirado em Giddens (2009).

Cabe aqui retomar a conceituação do autor sobre esses elementos, para que possamos prosseguir com a relação entre essa teoria e o nosso objeto de estudo. Giddens (2009, p.18) entende *recursos* por “propriedades estruturadas de sistemas sociais, definidos e reproduzidos por agentes dotados de capacidade cognitiva no decorrer da interação”. Esses recursos podem ser de dois tipos: alocativos (materiais) e autoritários (simbólicos) (GIDDENS, 2009, p.39).

Quadro 2 - Recursos

Recursos	Componentes
Alocativos (materiais)	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologias Livres (<i>softwares</i> livres, <i>hardwares</i> livres, metarreciclagem) - Economia Solidária (moeda social, preço aberto, abundâncias nos territórios, caixa coletivo) - Prestação e troca de serviços, compra, venda e troca de produtos, verbas provenientes de editais públicos

Autoritários (simbólicos)	<ul style="list-style-type: none"> - Ocupação de espaços públicos (escolas, museus, universidades) - Educação (dialógica, apropriação de conhecimentos, empoderamento) - Cultura (visibilidade dos povos tradicionais, produção cultural comunitária, mídia livre, palco livre)
------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: O autor inspirado em Giddens (2009)

Recursos Alocativos: São os recursos mobilizados para se criarem as condições materiais para a realização das ações e manutenção das atividades rotineiras do coletivo. Os principais deles são o uso de tecnologias livres, dos preceitos da Economia Solidária, a prestação e troca de serviços. Segundo Giddens (2009, p.39), “*recursos alocativos* referem-se a capacidade — ou, mais precisamente, a formas de capacidade transformadora — gerando controle sobre objetos, bens ou fenômenos materiais”.

Utilizaremos aqui o termo *tecnologias* no sentido mais estrito, que se refere aos equipamentos eletrônicos utilizados na gestão dos projetos e nas atividades cotidianas de produção cultural. As tecnologias livres são *softwares* e *hardwares* com código-fonte aberto, ou seja, podem ser customizados por qualquer cidadão, isto é, pode-se selecionar funções que sejam necessárias a determinado contexto, sem a necessidade de esperar que os desenvolvedores façam novas atualizações nesses sistemas verticalmente. Esse aspecto também diminui os custos com aquisição e versões atualizadas de sistemas proprietários, uma vez que sua customização pode ser feita livremente pelos usuários. A prática da metarreciclagem favorece o aproveitamento de equipamentos e componentes eletrônicos que seriam teoricamente descartados, recondicionando-os para uso, diminuindo os efeitos da obsolescência programada, e diminuindo custos com novos componentes e máquinas.

Aplicar os preceitos da Economia Solidária, no que diz respeito aos recursos alocativos, pois as dinâmicas inerentes a este tipo de economia também possuem bastante relevância quanto aos recursos autoritários, significa possibilitar os empreendimentos a comercializar recursos, de maneira otimizada, uma vez que vários tipos de operação podem ser concretizadas, desde trocas diretas, passando por transações balizadas por moedas sociais, até mesmo operações envolvendo moeda corrente, desde que em consonância com os preceitos do comércio justo (COTERA e ORTIZ, 2009) e do consumo consciente. Outra condição é compreender e mobilizar a abundância (MANCE, 2002) dos recursos de cada território, e não sua escassez, operando em outra racionalidade econômica e potencializando sua utilização. É comum também nas produtoras culturais colaborativas o uso de caixas coletivos, que são operados com transparência, e o uso dos recursos é sempre decidido coletivamente.

Apesar de uma das principais questões das produtoras ser a de não depender somente do dinheiro público, os editais são fontes de recursos financeiros que podem ajudar a viabilizar diversas iniciativas. O desafio é não tê-los como única fonte, sendo necessário utilizar a criatividade e a gama de possibilidades em torno da economia plural para viabilizar os projetos com outras fontes de renda.

Recursos Autoritários: São valores que norteiam a metodologia dos grupos sociais, sendo compartilhados em função de estreitar os laços sociais e dar sentido às ações, o que é fundamental para a continuidade dos empreendimentos. Segundo Giddens (2009, p.39) “recursos autoritários referem-se a tipos de capacidade transformadora gerando controle sobre pessoas ou atores”.

Algumas noções apresentadas durante a pesquisa ajudam a analisar a mobilização de recursos autoritários pela produtora Colaborativa.PE. Dialogam com a dimensão simbólica dos recursos, as noções de *coesão social, vínculo associativo, capital social, animador social*; os consensos para o Desenvolvimento Local que dizem respeito a *melhoria da qualidade de vida e conquista de modos de vida mais sustentáveis para as populações, participação da sociedade, nova base de informação desagregada, entre outros.*

Desenvolver atividades em espaços públicos é fundamental para que se promova uma identificação com esses espaços e o acesso do público em geral. Muitas vezes a participação da população não é parte da estratégia de ocupação desses espaços por parte de seus gestores. Portanto, colocá-los em funcionamento e promover o acesso a eles é uma demanda que as produtoras colaborativas tentam pautar, se organizam a partir disso.

Os processos formativos nas produtoras colaborativas se propõem a ser dialógicos, dotando os participantes de apropriação de conhecimentos e empoderamento, repactuando a relação entre os que, por ora, estão nas posições de “transmitir” e “receber” o conhecimento, ao colocar essas posições em perspectiva de constante negociação, desmistificando o autoritarismo de processos verticais de aprendizagem, visando à autonomia dos alunos dos cursos e formando quadros que chegam a ser aproveitados na própria Colaborativa.PE:

A gente conseguiu que os alunos que passaram por aqui, alguns, trouxessem sua contribuição, sua colaboração. Alguns empreenderam com a gente também, por estarmos com um território determinado e termos um envolvimento com a comunidade local. Acho que isso também foi superpositivo, a relação que a gente cria que vai além, que começa no curso e acaba extrapolando para outras ações que a gente realizou também (EDL, p.03)

No campo da cultura, prezam-se por processos colaborativos horizontais e que rompam com a lógica mercadológica ou prioritariamente focadas no entretenimento, promovendo através de

ações pontuais a ampliação da concepção de cultura, tentando-a reflexiva e formadora, como entendem os entrevistados abaixo:

A Colaborativa.PE atua de forma diferente no mercado, visando não apenas ao lucro, como também a transmitir valor na sua abordagem (KAS, p.18).

Acho que vem a contribuir, e muito, na formação e capacitação de agentes que atuam nos movimentos culturais e sociais, formando redes colaborativas participativas mesmo, que não fiquem só no discurso e na disputa de “liderança”, assim como vejo em certos coletivos. E contribuí para que também desenvolva ações de capacitação e formação de jovens e adultos, além de gerar debates e eventos que possibilitem mais reflexão entre cultura, raça e gêneros, políticas culturais... entre outras (TNY, p.28).

Nesse contexto, a produção cultural comunitária, que traz as narrativas dos povos tradicionais, das populações historicamente usurpadas de seu lugar de fala, é um ponto central dessa maneira de conceber a cultura, processos exemplificados pelo São Sambas e FIV.

Outro processo é o de mídia livre, uma vez que não há cobertura suficiente das mídias corporativas para ações de cultura comunitária, portanto, a bicicleta colaborativa, as notícias postadas no portal iTEIA oportunizam a visibilidade das ações, que são relegadas no noticiário corporativo. O palco livre também é uma prática inclusiva, uma vez que rejeita processos meritocráticos de seleção de bandas para ocupar palcos e festivais e estimula a participação dos agentes no sentido de que haja propagação e divulgação mútuas de conteúdos.

A mobilização desses recursos é o que se pratica no cotidiano das produtoras culturais colaborativas e que faz com que esses processos possam ser identificados de fato como propriedades estruturais com aplicabilidade mais alargada no tempo e no espaço, estruturando assim as práticas no sistema social como um todo. Essa mobilização é operacionalizada por diversos agenciamentos praticados por sujeitos sociais no cotidiano, fazendo com que ocorra a estruturação dos processos em um ciclo de movimentações sociais.

Segundo Giddens (2009), ao agir, os agentes passam pelas fases da *motivação da ação*, *racionalização da ação* e *monitoração reflexiva da ação*, que são momentos quase automáticos da cognição e levam a *consequências impremeditadas da ação* (p.06). Esta é a estrutura de agenciamentos que constituem os sistemas sociais. A Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas parte dos pilares do uso de *softwares* livres e da Economia Solidária que de certa forma orientam as ações dos indivíduos. Contudo, todo o processo de troca de conhecimentos, de

trocas econômicas e valorização do simbólico são trabalhados em um constante processo entre a reconstrução e solidificação das estruturas e as ações dos indivíduos construindo relações, assimilando e interpretando valores: “A *durée* da vida cotidiana ocorre como um fluxo de ação intencional. Entretanto, os atos têm consequências impremeditadas; estas podem sistematicamente realimentar-se para constituírem as condições não reconhecidas de novos atos” (GIDDENS, 2009, p.09).

Nos parece que sim, que a atuação da produtora cultural Colaborativa.PE, ancorada na Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, que por sua vez é balizada pelos usos dos *softwares* livres e da Economia Solidária, pode ser considerada como alternativa de gestão em produção cultural comunitária na perspectiva do Desenvolvimento Local. Analisamos, durante a pesquisa, que uma série de dinâmicas sociais e metodologias contribui para uma estruturação que permite que a produtora permaneça atuando e que a Tecnologia Social seja replicada em diversos ambientes.

Ainda que cada processo desses, como a autogestão, a Economia Solidária, a comunicação livre, apresente incongruências, dificuldades de execução e ressignificações, com o passar dos anos, a Tecnologia Social se mostra como uma ferramenta educativa em que o aprimoramento dos processos se dá na dinâmica da prática, nas formações programadas pelo coletivo e no aprendizado cotidiano valorizado por diversos agentes que participam ou participaram desses seis anos de atuação. Atuação essa impregnada de todos os valores expressados nos seus princípios, que se ajustam continuamente possibilitando o fluxo de sua existência.

CONCLUSÃO

A pesquisa aqui relatada teve como problema a seguinte questão: *Os processos colaborativos operados pela produtora cultural Colaborativa.PE, balizada pela Economia Solidária e o uso de softwares livres, se configuram como uma alternativa de gestão em produção cultural comunitária na perspectiva do Desenvolvimento Local?*

Seus resultados dão margem a afirmar que, perante a complexidade de interações sociais compreendidas pela teoria da estruturação, os processos operados pela produtora cultural Colaborativa.PE, que atua sob os pilares da Tecnologia Social das produtoras culturais colaborativas, identificados pelo uso de *softwares* livres e da Economia Solidária, se constituem uma alternativa de gestão no contexto da produção cultural comunitária, na perspectiva do Desenvolvimento Local, uma vez que a atuação do coletivo na plena aplicação dessas metodologias confere a continuidade do funcionamento da produtora.

Podemos associá-lo à teoria da estruturação, uma vez que se constitui um sistema social, em que recursos materiais e simbólicos são mobilizados através de diversos agenciamentos, o que modifica concomitantemente a ação dos agentes de um lado e a estrutura do sistema social do outro, o que nos possibilitou perceber que nesse processo não há privilégio nem para a ação nem para a estrutura na composição do sistema social.

Averiguamos ainda que a realização dessas ações constituem um esforço de promover o Desenvolvimento Local, uma vez que elas são realizadas no território e com os agentes locais, ao desenvolver tecnologias, estratégias de comunicação, operações econômicas e despertar o sentido comunitário como referência da atuação da Colaborativa.PE.

Mais especificamente, um dos objetivos visava a caracterizar Tecnologia Social, produção cultural comunitária, Desenvolvimento Local e Economia Solidária como cenários conceituais nos quais podem se concretizar as produtoras culturais colaborativas. Os esforços em trabalhar com os autores que operam esses conceitos (conforme o capítulo I) e a possibilidade de dialogar com eles durante a pesquisa, até que fornecessem parâmetros para a resposta da pergunta-problema, atestam que a atuação da Colaborativa.PE se concretiza nesses cenários.

Outro objetivo específico pretendia caracterizar relações entre Economia Solidária, Desenvolvimento Local e os processos das produtoras culturais colaborativas, privilegiando o caso da Colaborativa.PE, inclusive quanto à sua sustentabilidade. Nessa direção, a pesquisa evidenciou que as relações podem ser feitas a partir dos próprios pilares das produtoras culturais colaborativas (Economia Solidária e *softwares* livres), constatadas a partir das observações que eram constantes,

da aplicação de metodologias como a utilização de moedas sociais, a autogestão e a criação de empreendimentos solidários (identificados com a Economia Solidária). Evidenciou-se também a sustentabilidade da produtora, que dialoga com modalidades híbridas de alternativas econômicas, se identificam fortemente com a perspectiva da economia plural (FRANÇA-FILHO e REIS, 2015), além das diversas estratégias para o Desenvolvimento Local, que privilegiou vínculos com a comunidade acadêmica e com os bairros do entorno em ações como o Movimento Conch@tiva, Bicicleta Colaborativa e Festival de Inverno da Várzea.

Por fim, um terceiro objetivo específico foi reconhecer a inserção da produtora cultural Colaborativa.PE em situações que configuram processos de Desenvolvimento Local, apontando-se como resultados que, dada a relação da produtora com o território, a construção de um capital social (ABRAMOVAY, 2000), da animação dos processos comunitários (JESUS, 2003) e o enquadramento das ações na maioria dos consensos para o Desenvolvimento Local (FRANCO, 1998) configuram as ações da Colaborativa.PE como processos de Desenvolvimento Local.

Uma recomendação parece se impor: fazem-se necessárias outras pesquisas que foquem outras experiências de produtoras culturais colaborativas, que abordem o desenvolvimento de moedas sociais, o uso de softwares livres no cotidiano dos coletivos, a organização da autogestão em diferentes contextos, para que se possa comparar resultados e enriquecer a produção científica de nosso país em torno da temática.

O processo e o produto aqui apresentados podem representar uma contribuição, por menor que seja, à bibliografia brasileira em torno das temáticas aqui tratadas, notadamente Tecnologia Social, Desenvolvimento Local e Economia Solidária.

Podemos, contudo, afirmar que o desenvolvimento de tal processo e de tal produto, no contexto do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local (POSMEX) da UFRPE, se constituiu uma significativa experiência na nossa formação profissional, de pesquisador e de cidadão.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**. N.2 Vol.IV: pp.379-397. São Paulo: abril-junho, 2000.
- ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. Verbete: Autogestão. In: **A outra Economia**. Org. CATTANI, Antônio David. Porto Alegre: Veraz, 2003, pp.20-26.
- BARACALDO, Benjamín Ramírez. **Teoría y doctrina de la cooperación**. ESACOOOP: Bogotá, 1989.
- BORDENAVE, Juan E. Días. **O que é participação?** Coleção primeiros passos 95ª, 4 edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CANÇADO, Airton Cardoso. A construção da autogestão em empreendimentos da economia solidária: uma proposta metodológica baseada em Paulo Freire. In: **Gestão Social: práticas em debate, teorias em construção**. Org. CANÇADO, Airton Cardoso, et. al. Juazeiro do Norte: Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social, 2008.
- CARVALHO, Ricardo Augusto de. Verbete: **Sustentabilidade: princípios**. In: **A outra Economia**. Org. CATTANI, Antônio David. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CORAGGIO, José Luis. Para pensar las nuevas economías: conceptos y experiencias en América Latina. In: **Colóquio internacional epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul**. SANTOS, Boaventura de Souza; CUNHA, Teresinha (Orgs.). Coimbra: CES, 2015.
- COTERA, Alfonso. ORTIZ, Humberto. Comércio justo. In: **Dicionário internacional da outra economia**. Orgs. CATTANI, Antonio David. LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- CUNHA, Larissa Carreira; GAMA, Jader; JATOBÁ, Pedro Henrique. **A Experiência das Produtoras Culturais Colaborativas para o Desenvolvimento Local**, Porto Alegre. In: Workshop de Software Livre, WSL2014 – XV Fórum Internacional de Software Livre, 2014.
- DAGNINO, Renato. Tecnologia social. In: **Dicionário internacional da outra economia**. Orgs. CATTANI, Antonio David. LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. São Paulo: Almedina Brasil, 2009.
- DEMO, P. **Pesquisa Participante: saber pensar e intervir juntos**. 2ª ed. Brasília: Liber Livro, 2008.
- DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Páginas 63-69. 3ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.
- DOWBOR, Ladislau. A organização de iniciativas locais. In: **Desafios da economia solidária**. Org. Le monde diplomatique. 1ª edição. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.
- DUBEAUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; SANTOS, Shirley; VILAÇA, Mônica. **Sistematização de experiências de educação em economia solidária: o prazer desafiador da produção coletiva de conhecimentos**. In: A construção de conhecimentos em economia solidária: sistematização de experiências no chão de trabalho e da vida no Nordeste. DUBEAUX, Ana; MEDEIROS, Alzira; SANTOS, Shirley; VILAÇA, Mônica (Orgs.). Recife: F&A gráfica e editora, 2012.

- FRANCO, Augusto de. **Desenvolvimento local e integrado: 10 consensos**. Revista Proposta, n.78, pp. 6-19. São Paulo, Setembro/Novembro, 1998.
- FRANÇA-FILHO, Genauto de Carvalho. REIS, Tatiana Araújo. **Economia e sustentabilidade plural – o caso da COOPAED**. III Encontro Internacional de Economia Solidária. Anais: relato de experiências. USP/SP, 2015.
- GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GAIGER, Luiz Inácio. LAVILLE, Jean-Louis. **Dicionário Internacional da outra economia**. CATTANI, Antonio David. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). Verbete: Economia Solidária (pp.162-168). Edições Alamedina: Coimbra, 2009.
- GIDDENS, Anthony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. 1ª edição. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3ª edição, São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- GIDDENS, Anthony. TURNER, Jonathan. (Orgs.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- JATOBÁ, Pedro Henrique; VILUTIS, Luana. **Produtora Cultural Colaborativa**. Recife: Revista EXPOIDEA. 2010, v.1 n.1 2010. Disponível em: <http://issuu.com/expoideafeiradofuturo/docs/revista_expoidea_2010>, acessado em 26 de agosto de 2015.
- JESUS, Paulo de. Verbete: Desenvolvimento Local. In: **A outra Economia**. Org. CATTANI, Antônio David. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- JESIS, Paulo de. LUNA, Carlos Eduardo Falcão. Produção Cultural Comunitária no Brasil: do empírico ao teórico. **Revista Razón y Palabra**. Vol. 20, nº 4_95, pp. 55-68. Cidade do México: Mar, 2017.
- JESUS, Paulo de. TIRIBA, Lia. Verbete: Cooperação. In: **A outra Economia**. Org. CATTANI, Antônio David. Porto Alegre: Veraz, 2003, pp.49-54.
- LAVILLE, Christian. DIONNE, Jean. **A Construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LIAKOPOULOS, Miltos. Análise Argumentativa In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. BAUER, Martin W. GASKELL, George. (Orgs.). 3ª edição. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.
- LIBÂNIO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.
- LUCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. Série Cadernos de Gestão.
- MANCE, Euclides André. **Redes de colaboração solidária**: Aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. A comunicação no projeto de uma nova cultura política. In: **Comunicação na América Latina: desenvolvimento e crise**. MARQUES DE MELO, José (Org.). Campinas, SP: Papirus, 1989.

PACS – INSTITUTO POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. Economia solidária no fórum social 2003. Rio de Janeiro: PACS, 2003. Série: Semeando a socioeconomia, nº 07.

PIRES, Élon Luciano Silva. VERDI, Adriana Renata. A mobilização dos territórios para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais: gênese, aspectos conceituais e bases metodológicas. In: **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. LAMOSO, Leandra Pereira. MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. SILVEIRA, Márcio Rogério. (Orgs.). 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar**: introdução crítica. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2006.

SINGER, Paul. Verbete: Economia Solidária. In: **A outra Economia**. Org. CATTANI, Antônio David. Porto Alegre: Veraz, 2003.

SINGER, Paul. **Economia Solidária 1**. In: Le monde diplomatique Brasil. São Paulo: abr, 2008.

APÊNDICES

Roteiros das entrevistas:

Roteiro das entrevistas aos membros que atuam desde o início das atividades da produtora cultural Colaborativa.PE

- 1) Sobre Tecnologia Social: sentidos, tipos, processo de construção e/ou apropriação?
- 2) Como concebe produtoras culturais colaborativas como Tecnologia Social?
- 3) Como avalia a formação (temas e processos) que as produtoras culturais colaborativas desenvolvem ou oferecem à sociedade?
- 4) Como avalia os processos gestionários das produtoras culturais colaborativas na perspectiva da autogestão?
- 5) Como relaciona a experiência de produtoras culturais colaborativas com o Desenvolvimento Local, focando o caso da Colaborativa.PE?
- 6) Que aprendizagens emergem da experiência da Concha/PROEXT?

Roteiro das entrevistas aos estudantes e não estudantes que interagem com a produtora cultural Colaborativa.PE

- 1) Em que contexto conheceu a Colaborativa.PE?
- 2) Que impressões tem em torno da Colaborativa.PE?
- 3) O que mais chama a atenção na atuação da Colaborativa.PE?